



CORECON-RJ
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



CORECON-RJ

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA

**Finanças Públicas
CNU - 2024
Parte I
Eficiência Econômica e Falhas de Mercado**

*Prof. Antonio Carlos Assumpção
Doutor em Economia – UFF
Site : acjassumpcao.com*



• Tópicos

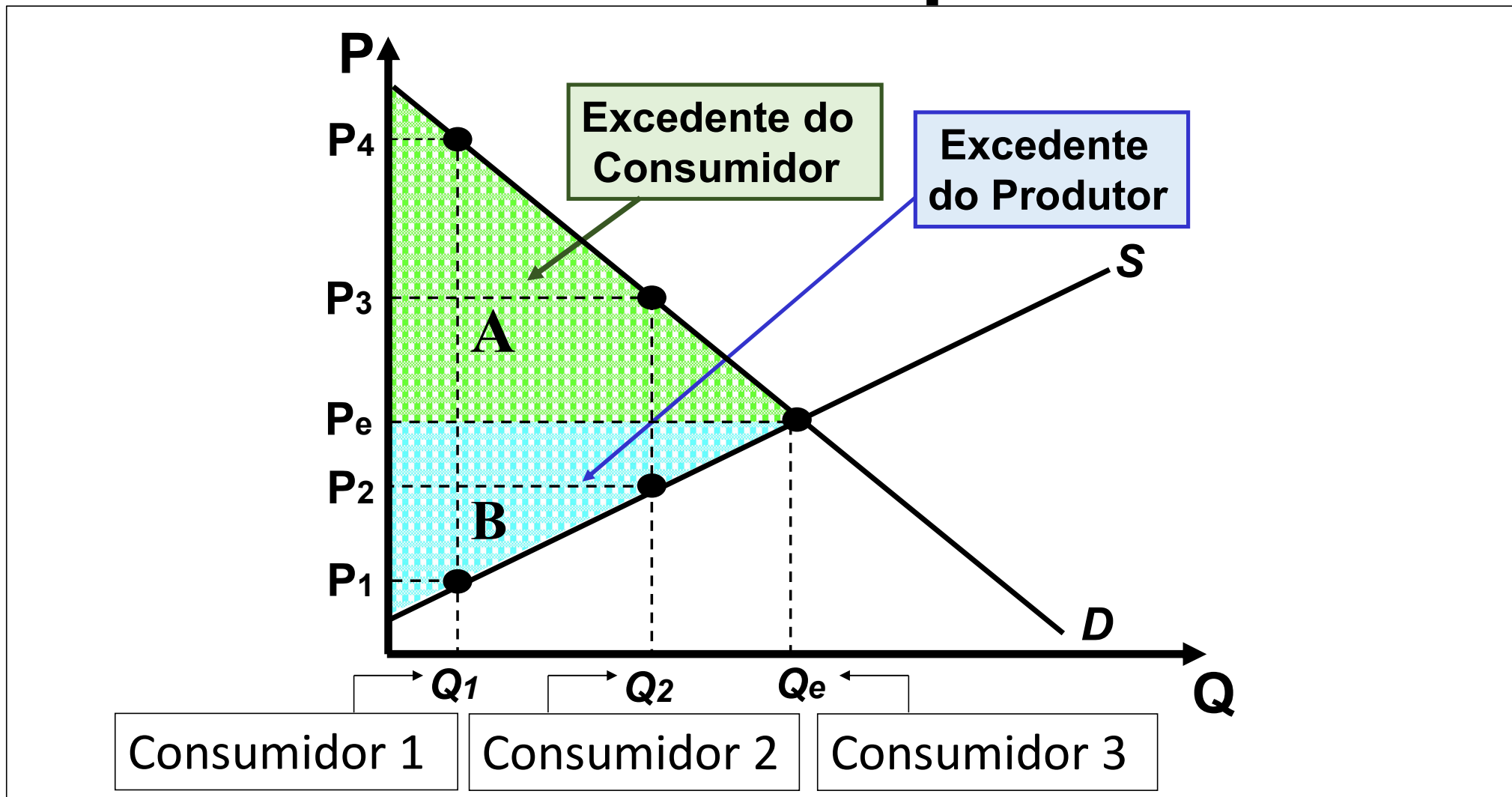
- 6 FINANÇAS PÚBLICAS
- Adicional – Eficiência econômica e Falhas de Mercado
- 6.1 Atribuições econômicas do Estado.
- 6.2 Fundamentos das finanças públicas, tributação e orçamento.
- 6.3 Financiamento das Políticas Públicas: estrutura de receitas e despesas do Estado brasileiro.
- 6.4 Noções de orçamento público: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA).
- 6.5 Federalismo fiscal no Brasil; Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).



Eficiência Econômica e Falhas de Mercado



Mercados Competitivos





- O conceito de excedente pode ser interpretado como uma medida de bem-estar.
- Se o mercado for competitivo, sem qualquer “falha de mercado”, teremos uma alocação eficiente (eficiência de Pareto), com a maximização do excedente total.
 - Logo, partindo dessa situação, uma intervenção governamental tende a reduzir o bem-estar social.
 - Medindo o peso morto (Ganho Social – GS – negativo).

$$\mathbf{G.S. = \Delta EP + \Delta EC + AG}$$

$$\mathbf{G.S. = \Delta EP + \Delta EC - GG}$$



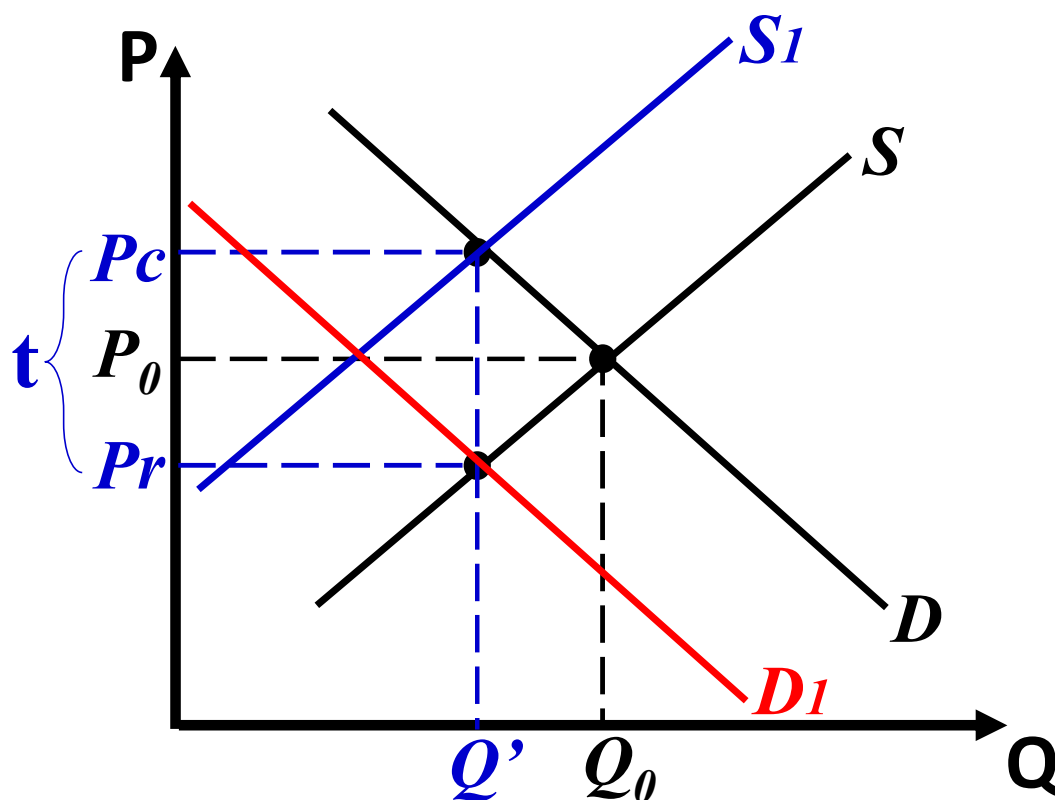
Concorrência Perfeita e Eficiência Alocativa

- Análise de um mercado individual o **ótimo de Pareto** tem como propriedade a **igualdade entre o preço e o custo marginal**.
- Se o CMg for diferente do preço, então é possível melhorar a situação de pelo menos alguns consumidores e algumas firmas sem piorar a situação de ninguém.
 - Se $P > CMg$ existe pelo menos algum consumidor disposto a pagar por uma unidade adicional da mercadoria um valor superior ao custo de produção dessa unidade adicional.
 - Logo, se essa unidade adicional for produzida e vendida ao preço de demanda, isso aumentará o lucro da firma e o bem estar do consumidor.



A Introdução de um Imposto Específico

- A introdução de um imposto específico (taxa fixa por unidade) → aumenta os custos das firmas, deslocando a curva de oferta para a esquerda (ou a demanda !).





Exemplo

$$Q = 100 - 10P$$

$$Q = 10P$$

$$\text{Equil.} \Rightarrow 100 - 10P = 10P \Rightarrow P^* = 5 \Rightarrow Q^* = 50$$

$$\text{Se } t = \$2 \Rightarrow D' \rightarrow P' = (P + t) \Rightarrow D' \rightarrow Q = 100 - 10(P + 2)$$

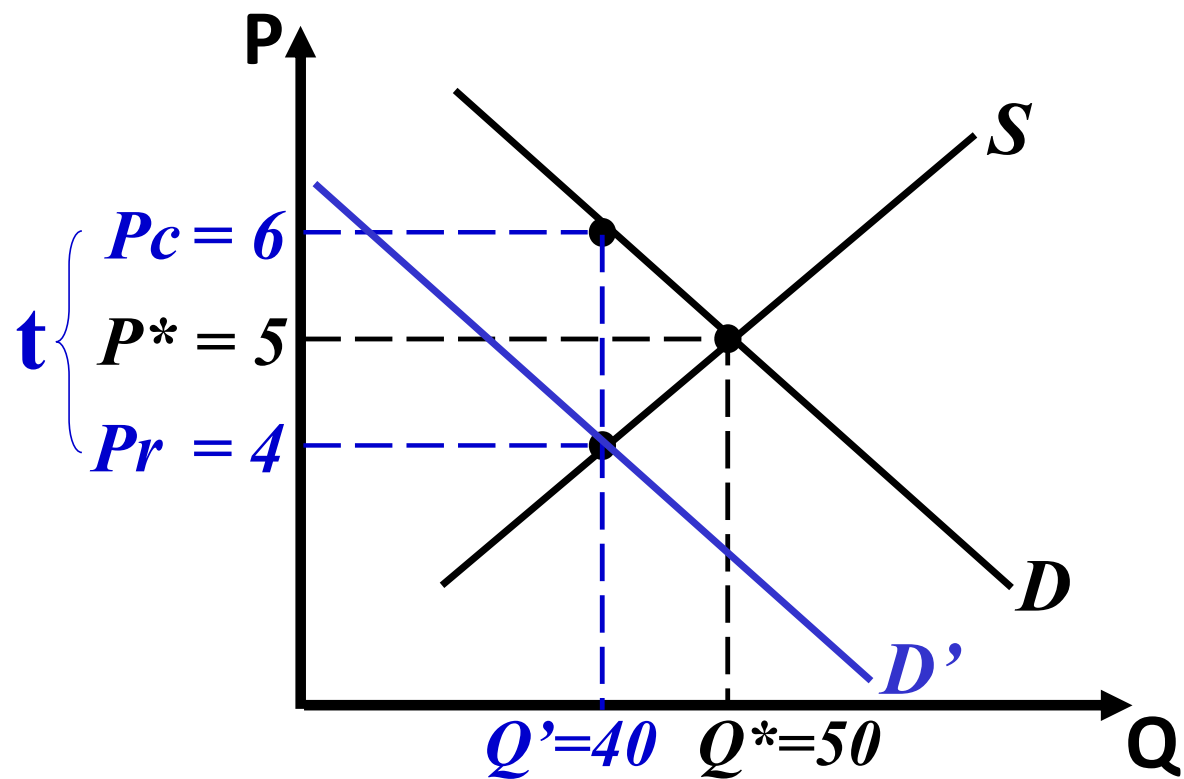
$$Q = 80 - 10P$$

$$\text{Equil.} \Rightarrow 80 - 10P = 10P \Rightarrow P_p = 4 \Rightarrow Q' = 40$$

$$P_c \Rightarrow Q' \rightarrow D \Rightarrow 40 = 100 - 10P \Rightarrow P_c = 6$$

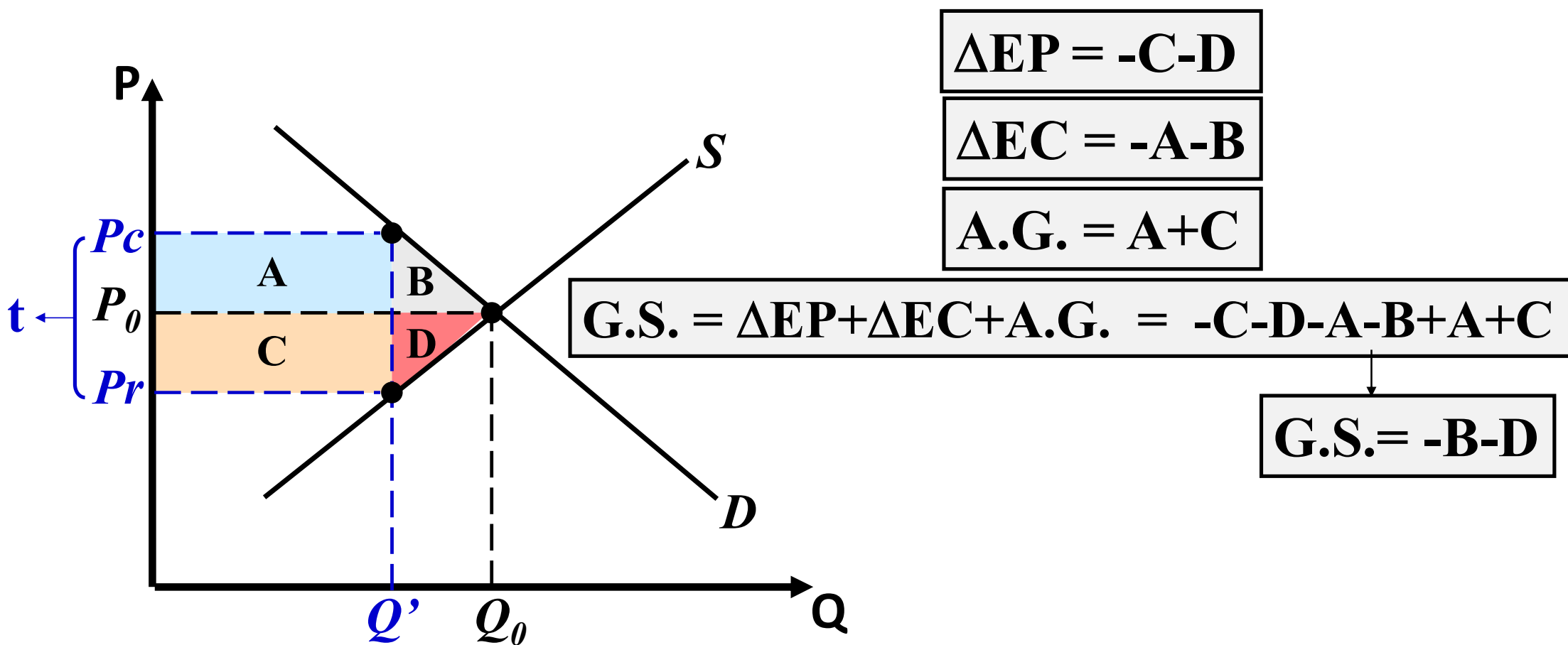


Exemplo

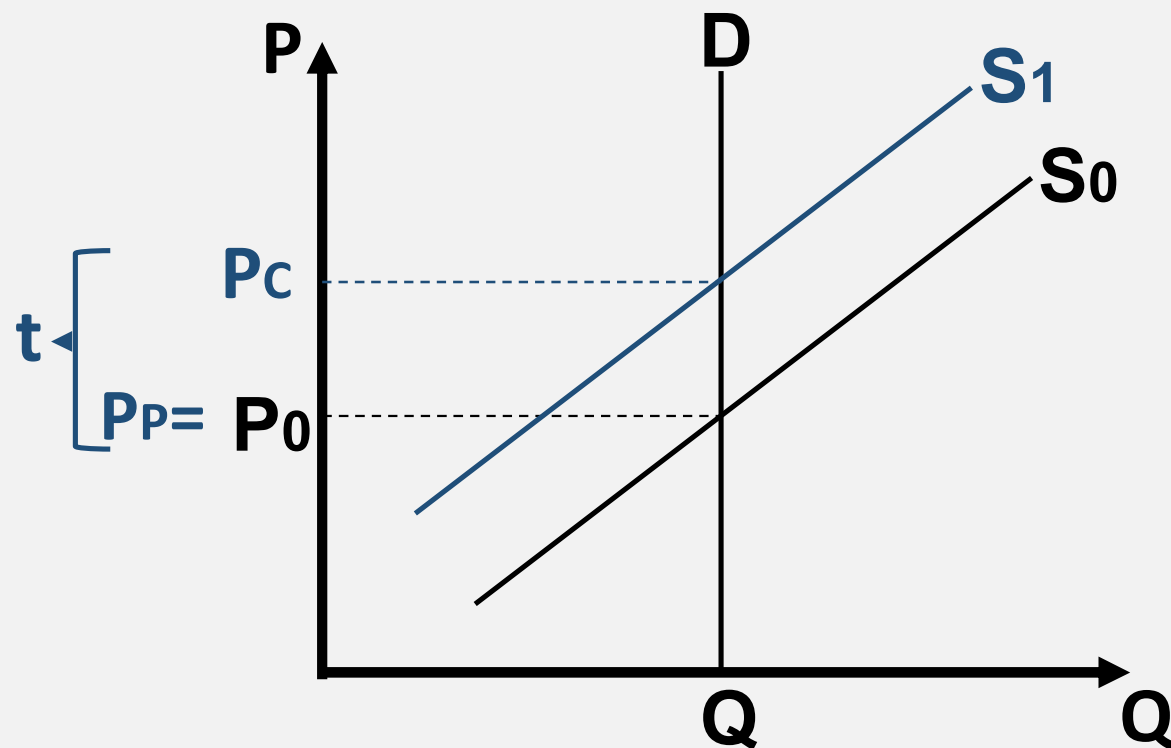




A Introdução de um Imposto Específico



- **Lição Básica:** o ramo mais inelástico do mercado arcará com um ônus tributário maior.



- Se a demanda for anelástica (bem sem substitutos e essencial) o ônus tributário seria totalmente arcado pelo consumidor.



Racionalidade para Intervenção Estatal na Economia

• Falhas de Mercado

a) Falta de Competição

- A concentração de mercado (monopólio) permite que $P > CMg$.

b) Provisão de Bens Públicos

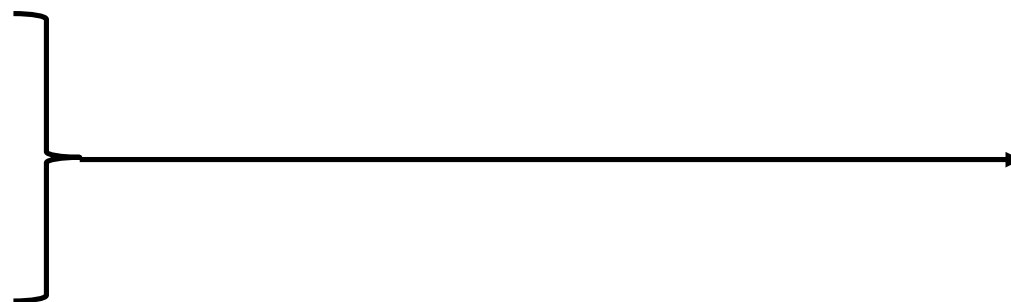
c) Externalidades

d) Falhas Informacionais

e) Mercados Incompletos

- A oferta não atende a demanda.

f) Inflação, Desemprego, etc. (Problemas Macroeconômicos)





Racionalidade para Intervenção Estatal na Economia

- Mesmo se todos os mercados fossem competitivos e não houvesse nenhuma outra falha de mercado:
- **Bens Meritórios**
 - Os indivíduos são obrigados a utilizá-los.
 - Cuidado com a definição do que é “meritório”.
- **Distribuição de Renda**

• Trataremos agora das falhas de mercado →



A Maximização de Lucros

• $RMg = CMg \Rightarrow P^* = \frac{CMg}{1 + \frac{1}{E_D^P}}$ → Quanto menor a elasticidade-preço da demanda, maior o poder de monopólio e, com isso, maior a diferença entre P e o CMg.

- Observe que:
 - Quanto maior o CMg maior o preço.
 - Quanto menor a elasticidade preço da demanda maior o preço.
 - Em concorrência perfeita a elasticidade preço da demanda é infinita $\rightarrow P^* = CMg$.

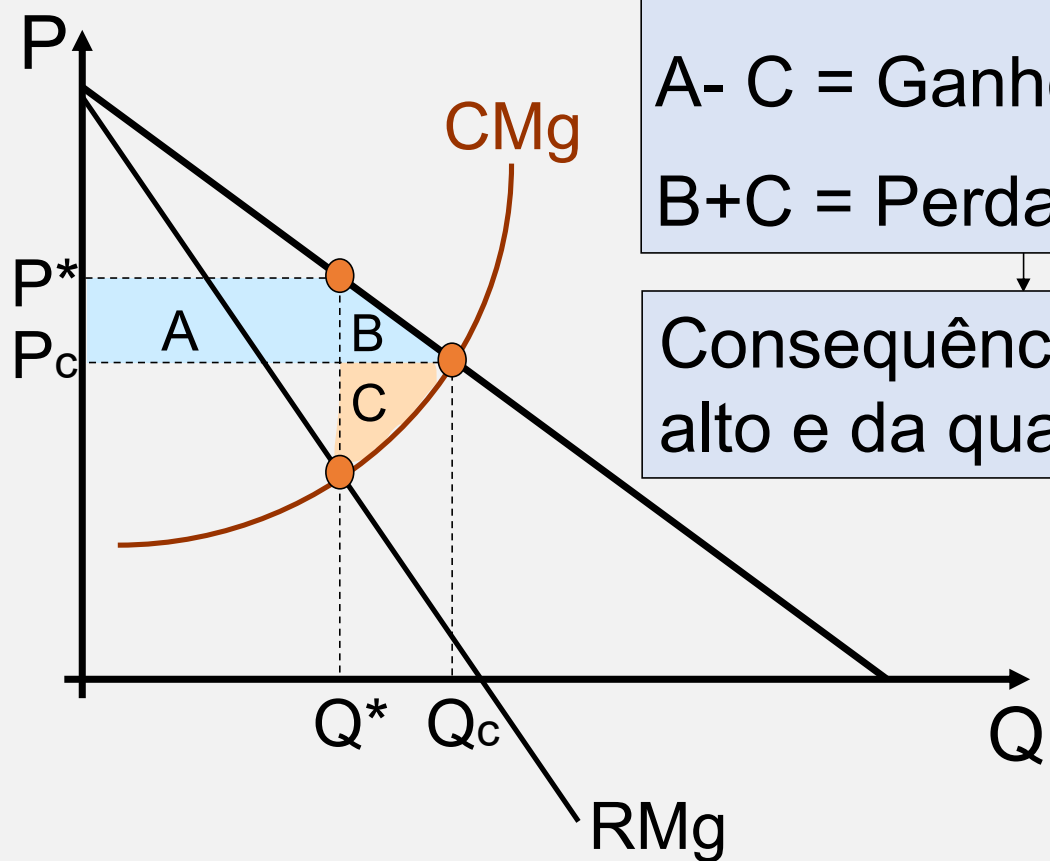


Custos do Poder de Monopólio

$A+B$ = Perda de Excedente do Consumidor
 $A-C$ = Ganho do Produtor
 $B+C$ = Perda Bruta

Consequência do preço mais alto e da quantidade reduzida

P_c = preço concorrencial
 Q_c = Quantidade concorrencial





Bens Públicos

- A maioria dos bens é alocada em mercados nos quais os compradores pagam pelo bem e os vendedores são pagos pelo que fornecem (**Bens Privados**).
- Quando um bem é “**gratuito**” (**não possui preço de mercado**), as forças de mercado que alocam os recursos inexistem.
 - **Bens Rivais (disputáveis)**: o fato de uma pessoa consumir o bem reduz a possibilidade de consumo para qualquer outra pessoa.
 - **Bens Excludentes (exclusivos)**: as pessoas podem ser impedidas de consumi-los.
- **Carona (*free-rider*)**: alguém que recebe o benefício de um bem ou serviço, mas evita pagar por ele.



Bens Públicos, Privados, Recursos Comuns e Monopólios Naturais

- Portanto:
- Bens Privados: Rivais e Excludentes
- Bens Públicos: Não Rivais e Não Excludentes
- Recursos Comuns: Rivais e Não Excludentes
- Monopólios Naturais: Não Rivais e Excludentes



Quando Provisionar Um Bem Público

- Provisionar quando $\sum BMg > CMg$
- Como cobrar ?
 - **Taxa de Lindahl** → cada um paga de acordo com o BMg que recebe.
 - Difícil saber qual o BMg_i.
 - **Cobrar o mesmo valor de todos.**
 - Caso o $BMg > CMg$ o bem público será ofertado, com todos os indivíduos pagando o mesmo valor por ele.
 - Mas um indivíduo pode exagerar na sua avaliação sobre o bem público para que ele seja ofertado (mentir).



O Imposto de Groves-Clarke

- Existe algum mecanismo que incentive o agente econômico a declarar verdadeiramente o valor que ele atribui ao bem público ?
- **O Mecanismo de Groves-Clarke (Imposto de Clarke)**
- Se um agente é capaz de alterar a decisão social (chamaremos ele de agente pivô), por exemplo, exagerando no seu “lance” para que o bem público seja ofertado, ele deve pagar um imposto correspondente ao prejuízo que causa aos outros com a sua escolha; o imposto de Clarke.
 - Dessa forma ele não seria tentado a “exagerar” no seu lance (valor declarado, ou valor bruto).



O Imposto de Groves-Clarke

- Suponha um bem público que custe \$150

Indivíduo	Parcela do Custo	Valor Bruto	Valor Líquido	Imposto de Clarke
A	50	30	-20	0
B	50	30	-20	0
C	50	120	70	40

- Eficiência na provisão de um bem público \Rightarrow $BMg > CMg$.
- Note então que é eficiente prover o bem público pois a soma dos valores brutos excede o custo do bem público ($180 > 150$). Entretanto, no caso de uma votação, o bem público não seria ofertado, pois os valores líquidos de A e B são negativos.



O Imposto de Groves-Clarke

- O Agente C é único pivô, pois sua decisão altera a soma dos valores líquidos para mais ou menos do que o custo do bem público. Por conta disso C deveria pagar o imposto de Clarke na medida do prejuízo que causa aos outros com a sua escolha; dessa forma ele não seria tentado a “exagerar” no seu lance (valor declarado, ou valor bruto).
- Ele possui esse incentivo, para fazer com que o bem público seja ofertado. Como evitar isso ?
- Nesse caso, ele (o pivô) pagaria um imposto de Clarke de 40, mas ainda teria um ganho líquido de 30.



Observação: Os Bens Semipúblicos

- São bens oferecidos tanto pelo governo quanto pelo setor privado, tendo em vista limites na produção privada ou limites na renda da população para alcançar estes bens.
- Note então, que estão sujeitos ao princípio da exclusão, quando ofertados pelo setor privado.
 - Exemplo: saúde, educação,...



Recursos Comuns

- São não excludentes, porém são rivais.
- A “Tragédia dos Comuns” → utilização em excesso.
 - Garrett Hardin (1968).
 - **Conclusão:** a importância dos direitos de propriedade.
 - O mercado falha na alocação eficiente dos recursos quando os direitos de propriedade não estão bem definidos.
 - Oportunidade, neste caso, para a intervenção governamental.



Externalidades

- **As externalidades** ocorrem quando as ações de um agente econômico impactam outro(s) agente(s) econômico(s) de forma não refletida nas transações de mercado.
- **A externalidade** é considerada uma falha de mercado (portanto o excedente total não é maximizado).
 - Impacto das ações de um agente sobre o bem estar de outro(s) agente(s), que não toma(m) parte da ação. Inexiste pagamento ou recebimento de compensação pelo impacto sofrido.
- As externalidades podem ocorrer por meio da produção ou do consumo; podem ser positivas ou negativas.

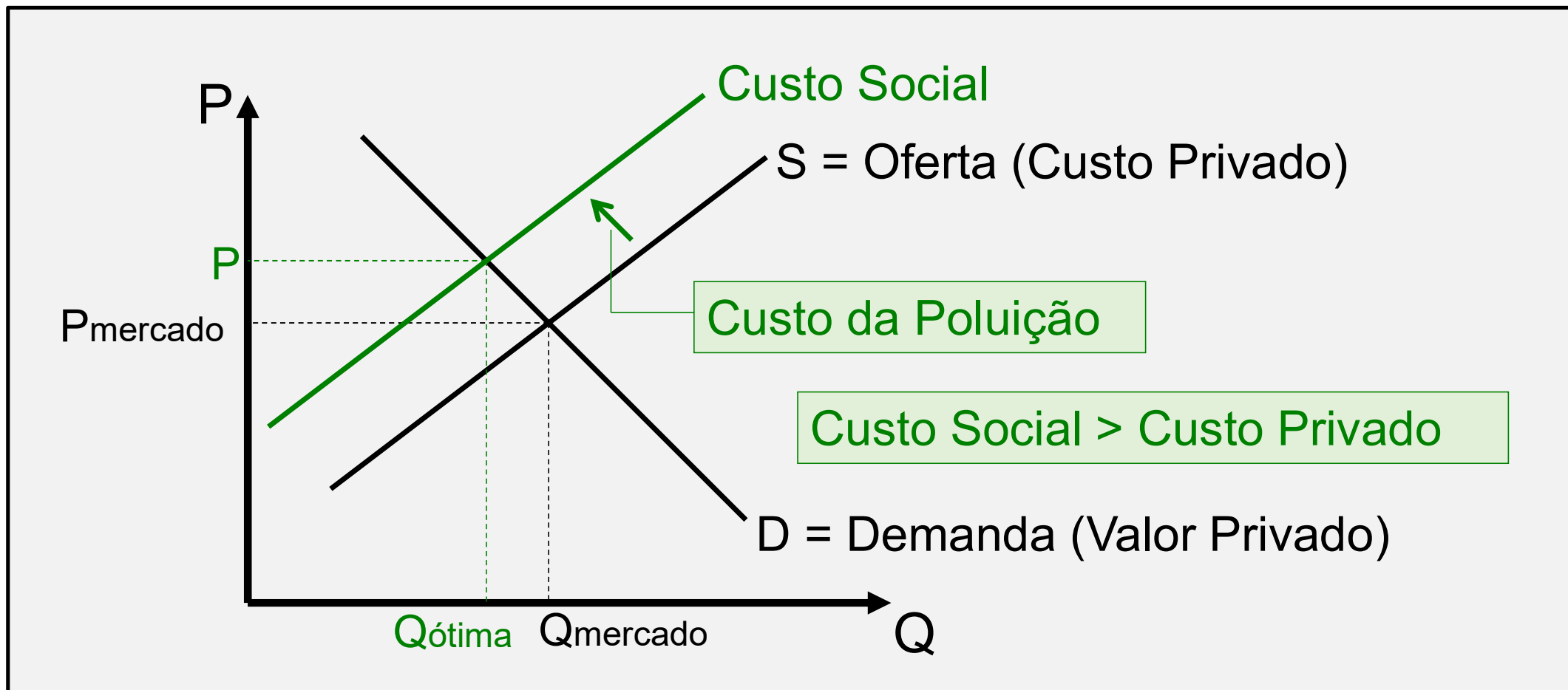


Externalidades

- Quando há uma externalidade, a alocação de recursos proporcionada pelo mercado não será eficiente pois:
 - se a produção de um bem gera externalidades negativas, ocorrerá excesso de oferta desse bem na ausência de intervenção governamental.
 - se a produção de um bem gera externalidades positivas, ocorrerá insuficiência de oferta desse bem na ausência de intervenção governamental.



Externalidades Negativas





Externalidade Negativa: Poluição e Ótimo Social

- A quantidade de equilíbrio de mercado é maior do que a quantidade socialmente ótima.
 - A razão para essa ineficiência é que o equilíbrio de mercado reflete apenas os custos privados de produção.
- “Internalizar uma externalidade” significa alterar os incentivos de forma que os agentes levem em consideração os efeitos externos de suas ações.
- No caso da externalidade negativa, para atingir a quantidade ótima o governo poderá tributar os produtores.



Soluções Privadas Para as Externalidades

- O Teorema de Coase:
 - Se os custos de transação são desprezíveis, a atribuição de direitos de propriedade bem definidos aos agentes econômicos poderá eliminar a ineficiência gerada pelas externalidades.

Segundo Coase, resultado eficiente poderá ser obtido independentemente de como os direitos de propriedade são inicialmente distribuídos, caso $BMg > CMg$.



Soluções Privadas Para as Externalidades

• Aplicação do Teorema de Coase

- Uma estação de veraneio na praia e uma indústria química dividem um lago. A planta industrial tem um lucro de US\$ 20. Um dispositivo de filtragem para reduzir a poluição que custa US\$ 5 faria com que o lucro caísse para US\$ 15. O lucro do dono da estação de veraneio seria de US\$ 25 caso a poluição fosse reduzida mas somente de US\$ 10 quando a planta industrial opera sem o dispositivo. Assumindo que o lago é de propriedade da indústria química:



Soluções Privadas Para as Externalidades

- Note que o custo do dispositivo de filtragem é de \$5 e a externalidade gerada por ele reduz o lucro da estação de veraneio em \$15.
- Portanto, o benefício marginal da instalação do dispositivo de filtragem é maior que seu custo marginal. Desta forma, ele será instalado.
- Se os direitos de propriedade forem concedidos ao dono da estação de veraneio, ele poderá processar o dono da indústria pelo lucro perdido; logo, o dono da indústria instalará o dispositivo de filtragem.
- Se os direitos de propriedade forem concedidos ao dono da indústria, o dono da estação de veraneio instalará o dispositivo de filtragem, pois $\$5 < \15 .



Políticas Públicas Para as Externalidades

- Políticas de Comando e Controle: a Regulamentação
 - Neste caso o governo, para solucionar uma externalidade, torna obrigatórios ou proibidos certos tipos de comportamento.
- Políticas Baseadas no Mercado: os Impostos e Subsídios de Pigou
 - Neste caso o governo usa os impostos e os subsídios para alinhar os incentivos privados com a eficiência social.



Informação Assimétrica

- Em nossas análises anteriores não examinamos os problemas provocados por **assimetrias informacionais**.
 - Presumia-se que, tanto os compradores quanto os vendedores estavam perfeitamente informados sobre a qualidade dos bens vendidos no mercado.
 - Se os consumidores e os vendedores tiverem a mesma informação sobre a qualidade do bem, uma melhor qualidade seria corretamente informada por um preço mais alto.
 - Mas se **um lado do mercado for mais informado** do que o outro, os **preços não informarão corretamente a qualidade**.



Informação Assimétrica

- **Exemplo (Akerlof – 1970)**
- **“The Market for Lemons*”: O Mercado de Carros Usados.**
- **A falta de informação completa** no momento da compra de um automóvel usado **umenta o risco** da aquisição e **reduz o valor do automóvel.**
- **Hipótese:** os vendedores de carros usados conhecem melhor a qualidade do produto que os compradores.
- Com isso → o mercado não será capaz de proporcionar trocas mutuamente vantajosas e os produtos de baixa qualidade expulsarão os produtos de alta qualidade do mercado.



Informação Assimétrica

- a) Existem 100 vendedores de 100 carros usados e 100 potenciais compradores.
- b) Todos sabem que 50 carros são de boa qualidade (bons) e 50 são de má qualidade (ruins).
- c) Apenas os vendedores sabem quais são exatamente os bons e quais são os ruins.
- d) Quem possui carro ruim quer vender por \$1000 e quem possui carro bom quer vender por \$2000.
- e) Os preços de reserva dos compradores são maiores: querem pagar até \$1200 por um carro ruim e \$2400 por um carro bom.



Informação Assimétrica

- **Sem informação assimétrica:**
 - a) teríamos 2 mercados (Equilíbrio “Separador”);
 - b) os carros ruins seriam vendidos por preços entre \$1000 e \$1200 e os carros bons seriam vendidos por preços entre \$2000 e \$2400.
- Mas se os consumidores precisarem “adivinhar” quais os carros são bons ou ruins ? Suponha, por simplicidade, que eles interpretem que as chances sejam iguais → eles pagariam por um carro de qualidade desconhecida o seu valor esperado:

$$VE = (0,5)\$1200 + (0,5)\$2400 = \$1800$$



Informação Assimétrica

- Mas por \$1800 nenhum vendedor de carro bom quer vender; o preço mínimo para eles é \$2000.
- Neste caso, há uma **externalidade negativa**: as vendas dos carros ruins reduzem o valor médio que os consumidores querem pagar e reduzem as vendas dos carros bons.
 - **Externalidade Negativa** → a venda dos carros ruins afeta a percepção dos compradores sobre a qualidade dos carros bons no mercado, reduzindo assim o seu preço, prejudicando os agentes que desejam vender carros bons.



Seleção Adversa

- O fenômeno descrito anteriormente é um exemplo de **seleção adversa** → os itens de **baixa qualidade expulsaram** os itens de **alta qualidade** do mercado, **devido ao alto custo**.
- **O Mercado de Seguros**
- Uma firma oferece seguro contra roubo de automóveis sabendo que incidência de roubo é alta em uma área e baixa em outra.
- Preço baseado na taxa média de roubo → a firma fica em situação difícil, porque os compradores do seguro serão os consumidores da área de alta ocorrência de roubo, e estes vão acabar fazendo os pedidos de pagamento do seguro.
- Baseando-se na **taxa média** de furtos, a companhia não fará uma **seleção imparcial** de clientes. Teremos um problema de **seleção adversa**.



Seleção Adversa

- Se a companhia oferecer o seguro com base na taxa de roubo da área de maior risco, a situação piora:
 - o preço será muito alto para os consumidores de menor risco, que não comprarão a apólice e sairão do mercado.
- Na **seleção adversa** há uma **externalidade de consumo**, pois as compras dos consumidores de alto risco afetam as compras dos consumidores de menor risco, expulsando estes últimos do mercado.
- Note que temos esse tipo de problema em vários mercados.
 - Por exemplo, no mercado de seguro de saúde e no mercado de crédito.



Risco Moral (*Moral Hazard*)

- Caso a probabilidade de roubo (automóveis) seja a mesma em todas as áreas, não teremos seleção adversa.
- **Risco Moral** → a própria probabilidade de roubo pode ser afetada pelas ações dos donos das bicicletas.
 - Fazendo o seguro o consumidor toma menos cuidados do que se não fizesse o seguro → aumento da probabilidade de sinistro.
 - Dificuldades da oferta de um **seguro completo**: falta de incentivo para investir em “tomar cuidado” → ocorrerá o **risco moral**.



Risco Moral e Seleção Adversa

- A **seleção adversa** é um problema de **informação oculta (tipo oculto)**, em que um lado do mercado não pode observar a qualidade dos bens.
- O **risco moral** é um problema de **ação oculta**, onde um lado do mercado não pode observar as ações do outro.
 - Será que o governo pode obrigar alguém a “tomar cuidado” ?



Seleção Adversa

▪ Resolvendo o Problema no Mercado de Planos de Saúde

1) Segmentação de Mercados:

- Se a firma pudesse cobrar preços diferentes de grupos de consumidores diferentes, o problema seria minimizado.

2) Paradoxalmente (pois, em geral, mais escolha é melhor), um plano de compra compulsório poderia minimizar esse problema.

- Nesse caso, tanto os indivíduos com elevada probabilidade de adoecerem quanto os indivíduos com baixa probabilidade teriam que comprar o seguro, evitando assim a externalidade existente entre pessoas de alto e baixo risco.
- Como “todos” devem participar, a seleção adversa é eliminada.



Sinalização

- No mercado de carros usados com informação assimétrica que vimos anteriormente, os vendedores de carros bons podem querer **sinalizar** que seus carros são os bons, e não os ruins, evitando problemas de seleção adversa.
- Um sinal poderia ser a garantia de que eles se comprometem a pagar certa quantia se o carro der defeito.
- Somente donos de carros bons podem se dar ao luxo de oferecer garantias, e os compradores sabem disso.



Incentivos: O Problema da Relação Agente-Principal

- Se as informações estivessem amplamente disponíveis e se o monitoramento da produtividade dos trabalhadores não envolvesse custos, os proprietários de uma empresa poderiam estar seguros de que seus administradores e funcionários estariam trabalhando efetivamente.
- Entretanto, na maioria das empresas, os proprietários não têm condições de acompanhar tudo o que seus funcionários fazem; estes estão mais bem informados do que os proprietários.
- Essa assimetria de informações cria o problema conhecido como **Relação Agente-Principal**.



Incentivos: O Problema da Relação Agente-Principal

- Dizemos que existe uma **relação de agência** sempre que há um arranjo entre pessoas no qual o bem estar de um dos participantes depende daquilo que é feito por outra pessoa, também participante.
- O **Agente** representa a pessoa atuante e o **Principal** a parte que é afetada pela ação do agente.
- O problema da **Relação Agente-Principal** surge quando os agentes perseguem seus próprios objetivos e não os do principal.



Incentivos: O Problema da Relação Agente-Principal

▪ Possíveis Soluções

- Se o produto vier da terra, o proprietário (principal) poderia alugar a terra ao trabalhador (agente) pelo aluguel R . Um esquema de incentivo útil seria deixar ao trabalhador todo o produto acima do aluguel.
- Outro esquema possível seria o proprietário da terra pagar ao trabalhador um salário w , dependendo do seu esforço x , juntamente com uma quantia fixa K .
- Um terceiro esquema de incentivo, conhecido como “pegar ou largar”, consiste em um esquema de pagamento ao trabalhador onde ele receberia B^* se trabalhasse x^* e zero caso ele não atinja essa cota.

▪ Resumidamente, os Três Esquemas de Incentivo São:

- Aluguel
- Trabalho Assalariado (com um componente variável)
- “Pegar ou Largar”



1) CEBRASPE (CESPE) - Aud (TCE-RN)/2015

- No que se refere a falhas de mercado, julgue o item que se segue.
- O fato de um grande número de pessoas não contratar seguro para seus automóveis justifica o valor elevado da franquia cobrado dos indivíduos que contratam esse tipo de serviço.

() Certo

(X) Errado

O fato pode ser justificado pela existência de seleção adversa (1) e risco moral (2).

- 1) Como as seguradoras não conseguem identificar corretamente a probabilidade de sinistro elas acabam cobrando um “preço médio”. Isso expulsa os “bons” clientes do mercado.
- 2) Como mensurar o aumento da probabilidade de sinistro após o indivíduo realizar o seguro ?



2) CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ CE)/TJ CE/Técnico Administrativa/Adm./2014

- No que diz respeito ao orçamento público e aos demais mecanismos de atuação do governo nas finanças públicas, assinale a opção correta.

- a) Cabe ao Estado atuar direta ou indiretamente sobre os monopólios naturais, de modo a promover um nível ótimo de produção.
- b) As externalidades negativas ocorrem quando as ações de um indivíduo ou empresa implicam benefícios a outros agentes econômicos. **Benefícios não !**
- c) O orçamento misto é aquele que envolve entidades da administração pública direta e indireta.

Orçamento misto é o orçamento cuja competência para elaboração das propostas e envio ao Legislativo é privativa do Poder Executivo, competindo ao Poder Legislativo a sua discussão e aprovação.



d) Entre as funções do orçamento público no Brasil está a definição da política de aplicação das agências oficiais de fomento.

- Definição de aplicação de recursos não.
- Agências de Fomento
 - BNDES, CNPq, FINEP, SEBRAE...

e) São considerados bens públicos os produtos ou serviços produzidos por entidades da administração direta ou indireta.

Bens públicos são bens não rivais e não excludentes.



3) CEBRASPE (CESPE) - ERSPT (ANATEL)/ Economia/2014

- Com relação à teoria do setor público e às práticas de regulação, julgue o item que se segue.
- O fenômeno econômico conhecido como Tragédia dos Comuns é um caso de externalidade associado à utilização excessiva de um recurso de produção, o qual pertence a toda a sociedade, e não a uma pessoa em particular.

Certo

Errado

- Um bem não excludente e rival tende a ser utilizado em excesso.
- Solução (G. Hardin): direitos de propriedade bem definidos.



4) CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ SE)/TJ SE/ Apoio Especializado/Economia/2014

- No que concerne às funções dos governos e às diversas formas de intervenção do Estado na atividade econômica, julgue o item que se segue.
- Falhas de mercado são situações em que o mercado competitivo não é capaz de, isoladamente, alcançar a eficiência econômica, o que justifica a intervenção do Estado para alocar bens e serviços de forma mais eficiente.

(X) Certo

Perfeito

() Errado



5) CEBRASPE (CESPE) - AE ES/SEGER ES/ Ciências Econômicas/2013

- A correção de falhas de mercado que possam impedir a alocação eficiente de recursos na economia é a principal função do governo na esfera econômica. Acerca desse tema, assinale a opção correta.
- a) Ações governamentais que visam à melhoria do nível de informações dos consumidores sobre os bens de consumo relacionadas à esfera legal, no que concerne aos direitos do consumidor, não se qualificam como ações no âmbito da correção de falhas de mercado.

Falta de informação é uma falha de mercado, faz com que os agentes econômicos aloquem os recursos de forma ineficiente.



b) Um bem público deve ser gerido com base no princípio da exclusão, ou seja, o consumo do bem por um indivíduo impede o seu consumo por todos os demais. Por essa razão, o provimento do bem público deve ser garantido pelo governo, de forma que toda a sociedade tenha acesso a serviços fundamentais.

- Um bem público é não rival e não excludente. Portanto:
 - a) o consumo por parte de um indivíduo não impede o consumo por parte de outro indivíduo;
 - b) não é possível (ou é muito caro) impedir o consumo por parte de qualquer indivíduo.



- c) A instituição de leis de proibição do fumo em locais públicos e em ambientes fechados é um exemplo de atuação do Estado na correção de falhas de mercado.

Nesse caso, corrigir uma externalidade negativa gerada no consumo.

- d) Diz-se que um mercado é incompleto quando um bem ou serviço deixa de ser ofertado em razão de seu custo de produção estar acima do valor que os consumidores estão dispostos a pagar por ele.

Mercado Incompleto → demanda não atendida pela oferta gerada pelo mercado privado.

- e) As externalidades positivas, ou seja, as ações econômicas que produzem benefícios para outros agentes que não aqueles diretamente envolvidos em sua produção ou consumo, não se qualificam como falhas de mercado.

Se qualificam sim. Nesse caso teremos uma alocação de recursos onde a quantidade é menor que a quantidade socialmente ótima.



6) CEBRASPE (CESPE) - ERPDACGN (ANP)/ ANP/Área II/2013

- A respeito dos conceitos de que trata a teoria da regulação econômica, que justificam a intervenção do Estado para promover o bem-estar da sociedade, julgue o item subsequente.
- Ainda que o preço que os consumidores estejam dispostos a pagar seja maior que o custo de produção, é possível que um bem ou um serviço não seja ofertado pelo
- setor privado, o que caracteriza uma falha de mercado denominada mercado incompleto.

(X) Certo

Exatamente

() Errado



7) CEBRASPE (CESPE) - ERAC (ANAC)/ Área 4/2012

- Julgue o item seguinte, relativo a regulação, agências reguladoras, falhas de mercado e defesa da concorrência.
- Se o custo marginal social for igual ao benefício marginal, haverá o que se denomina falha de mercado. Essa falha ocorre somente no caso de existirem mercados incompletos, concorrência imperfeita, externalidades ou informação assimétrica.

() Certo

(X) Errado

- Se $CMg_{Privado} = BMg$, na existência de uma externalidade negativa, teremos uma falha de mercado.
- Caso $CMg_{Social} = BMg$, teremos uma alocação eficiente; a produção considera o custo social \rightarrow custo privado mais o custo da externalidade.



8) CEBRASPE (CESPE) - Aud (CAGE RS)/ SEFAZ RS/2018

- A respeito de falhas de mercado e de bens públicos, assinale a opção **correta**.

Não Rival
Não Excludente

a) Um bem é denominado público se é rival e excludente.

b) Um bem é denominado comum se é não rival e não excludente.

Rival
Não Excludente

c) Se o benefício social de determinada ação for de 30 unidades e o benefício privado for de 20 unidades e se o custo marginal for expresso por $10 + 2a$, em que a é o nível da ação, então haverá deficiência de 5 unidades na produção socialmente ótima.



- A questão trata da existência de externalidade positiva.
 - Caso em que o benefício privado é menor que o benefício social. Nesse caso o governo deveria conceder um subsídio para que o agente econômico se comportasse de outra forma (por exemplo, estude mais).
- Equilíbrio quando o agente econômico considera o benefício privado:
 - $20 = 10 + 2a \rightarrow a = 5$
- Equilíbrio quando o agente econômico considera o benefício social:
 - (Por exemplo, mais horas de estudo aumenta o salário dele e dos outros, pois isso transborda conhecimento para os outros – benefício social).
 - $30 = 10 + 2a \rightarrow a = 10$



- d) Sendo o benefício social de determinada ação expressa por $400 - 10a$ e o custo social igual a $100 + 20a$, em que a é o nível da ação, então o nível ótimo da ação será $a = 20$ unidades.
- e) Uma rodovia livre de pedágio é considerada um bem público.

**Se estiver engarrafada será um bem não excludente e rival:
um recurso comum.**



9) CEBRASPE (CESPE) - Eco (DPU)/2016

- Em relação à economia do setor público e aos objetivos da intervenção governamental na economia, julgue o item a seguir.
- O transporte coletivo urbano constitui um exemplo de bem público clássico.

() Certo

(X) Errado

Trata-se de um bem excludente (a passagem não é grátis !)



10) CEBRASPE (CESPE) - Aud (TCE PR)/2016

- A respeito de bens públicos, assinale a opção correta.
 - a) O consumo de bens públicos pode ser excluído de determinados indivíduos ou segmentos da população.
 - b) Os bens públicos são usados ou consumidos por todos, a custo social zero.
 - c) São sempre produzidos pelo Estado.
 - d) O aumento do consumo de bens públicos não afeta os custos de produção.
 - e) Os bens públicos são rivais e sua provisão pelo Estado gera externalidades positivas.

Depois de provisionado, o CMg para um indivíduo é zero (ele é não rival e não excludente).



11) CEBRASPE (CESPE) - Eco (SUFRAMA)/ 2014

- Acerca de bens públicos, julgue o item a seguir.
- O sistema monetário nacional pode ser considerado um exemplo de bem comum.

() Certo

(X) Errado

Trata-se de um bem público. Por exemplo, as informações do Bacen estão disponíveis para todos.



12) CEBRASPE (CESPE) - AJ (TJ SE)/ Apoio Especializado/Eco/2014

- No que concerne às funções dos governos e às diversas formas de intervenção do Estado na atividade econômica, julgue o item que se segue.
- A educação e a saúde são consideradas bens públicos, sujeitos ao princípio da não exclusão, de forma que, além do Estado, somente instituições sem fins lucrativos podem fornecer esses serviços no Brasil.

() Certo

(X) Errado

São bens semipúblicos, pois estão sujeitos ao princípio da exclusão (ao menos a parte privada).



13) CEBRASPE (CESPE) - ERSS (ANS)/2013

- Com relação ao estudo da teoria da regulação econômica, julgue o item subsequente.
- Pelo princípio da não exclusão, o custo marginal de prover um bem público para um consumidor adicional é zero para qualquer nível de produção.

() Certo

(X) Errado

**PARA QUALQUER NÍVEL NÃO.
Se houver escassez ele será rival.**



14) CEBRASPE (CESPE) -Diplomata/IRBr/2018

- **Trecho 1:** Caso Cooke versus Forbes. Um dos processos na tecelagem de tapetes de fibra de cacau [Cooke] era imergi-lo em um líquido alvejante e, depois, pendurá-lo para secagem. Vapores de um produtor de sulfato de amônia [Forbes] tinham o efeito de transformar a cor brilhosa do tapete em uma cor escurecida e fosca. (...) Uma ação foi ajuizada para impedir a manufatura de emitir tais vapores. Os advogados do réu argumentaram que, se o autor “não usasse um líquido alvejante específico, as fibras não seriam afetadas; que seu método de produção era atípico, contrário ao costume do comércio (...)”. O juiz explanou: “parece-me claro que uma pessoa tem o direito de, na sua propriedade, realizar um processo de manufatura em que se usa cloreto de estanho, ou qualquer outro tipo de corante metálico, e que seu vizinho não tem a liberdade para inundar o ambiente com gás que vai interferir na sua manufatura. Se isto pode ser imputado ao seu vizinho, então, compreendo eu, claramente ele terá o direito de vir aqui e pedir ajuda”.



- **Trecho 2:** (...) Com efeito, as propostas de solução do problema da poluição causada pela fumaça, bem como de outros problemas similares, feitas por meio da tributação, se sustenta com dificuldades advindas dos problemas relativos ao cálculo, da diferença entre dano médio e dano marginal e das inter-relações entre os danos causados a diversas propriedades etc.
- R. H. COASE. O problema do custo social. In: Journal of Law and Economics. 1960 (traduzido e adaptado).



- Com referência ao que é apresentado nos trechos 1 e 2, julgue (**C** ou **E**) o item a seguir, acerca da análise de custo-benefício, com base na teoria dos tipos de mercados e de bens.
- O problema apresentado no primeiro trecho, que se refere ao julgamento do processo de Cooke contra Forbes, é conhecido como externalidade.

Certo

Errado

Definição



- Com referência ao que é apresentado nos trechos 1 e 2, julgue (**C** ou **E**) o item a seguir, acerca da análise de custo-benefício, com base na teoria dos tipos de mercados e de bens.
- A solução para o problema apresentado no primeiro trecho, de acordo com o teorema de Coase, é a correta atribuição dos direitos de propriedade envolvidos no caso, desde que não haja custos de transação.

Certo

Errado

Como vimos, sob certas condições, a atribuição de direitos de propriedade bem definidos poderia resolver o problema.



- Com referência ao que é apresentado nos trechos 1 e 2, julgue (**C** ou **E**) o item a seguir, acerca da análise de custo-benefício, com base na teoria dos tipos de mercados e de bens.
- O teorema de Coase permite inferir que, eliminados os custos de transação, seria possível Cooke vender para Forbes o seu direito a ter ar limpo, de modo que este pudesse emitir os vapores de sulfato de amônia.

Certo

Errado

A negociação privada poderia resolver o problema.



- Com referência ao que é apresentado nos trechos 1 e 2, julgue (**C** ou **E**) o item a seguir, acerca da análise de custo-benefício, com base na teoria dos tipos de mercados e de bens.
- No segundo trecho, faz-se referência ao tributo (ou imposto) Tobin.

() Certo

(**X**) Errado

Imposto de Pigou.



15) CEBRASPE (CESPE) - Aud CE (TCE-PA)/TCE - Administrativa/Eco/2016

- O defeso é a paralisação das atividades de pesca para proteger as espécies de peixes durante o seu período de reprodução, garantir a manutenção de forma sustentável dos estoques pesqueiros e, conseqüentemente, manter a atividade e a renda dos pescadores. Assim, todo pescador profissional que exerce suas atividades de forma individual ou em regime de economia familiar fica impedido de pescar durante a época de reprodução das espécies-alvo de suas pescarias. Nesse período, os pescadores profissionais recebem seguro-desemprego ou seguro-defeso em parcelas mensais, na quantia de um salário mínimo, em número equivalente ao período de paralisação.
- Internet: < www.mpa.gov.br > (com adaptações).



- Com referência ao assunto abordado no texto e sua relação com as funções econômicas governamentais, julgue o item a seguir.
- A ação de pescar no período de defeso e seu impacto sobre a atividade pesqueira em geral representam uma falha de mercado classificada como externalidade negativa.

Certo

Errado

Os que pescarem vão impor um custo aos outros.



16) CEBRASPE (CESPE) - Aud CE (TCE-PA)/TCE - Administrativa/Eco/2016

- Os motoristas de carros particulares que circulam na cidade de São Paulo têm de respeitar um rodízio. Eles são proibidos de circular pelo centro expandido, em certos horários, de acordo com os finais de suas placas. Alguns motoristas, como os portadores de deficiência, não são obrigados a obedecer ao rodízio, mas precisam preencher um formulário para conseguir a permissão da prefeitura.
- Internet: < <http://noticias.r7.com> > (com adaptações).



- Acerca das funções econômicas governamentais relacionadas à política pública abordada no texto, julgue o item subsequente.
- O rodízio imposto pela prefeitura visa prioritariamente lidar com a falha de mercado caracterizada pela ocupação desordenada de bens públicos.

() Certo

(X) Errado

- Resolver o problema da externalidade negativa.
 - Engarrafamento
 - Poluição



17) CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/ Consultor de Orç. e Fiscaliz. Financeira/2014

- No que se refere a custo de oportunidade, externalidades e avaliação de projetos, julgue o item a seguir.
- Os mercados privados são incapazes de lidar com os problemas gerados por externalidades negativas.

() Certo

(X) Errado

- Coase, R. → Com direitos de propriedade bem definidos e custo de transação desprezível pode haver solução privada.



18) CEBRASPE (CESPE) – Ana (BACEN)/ Área 3 – Pol. Eco. e Monet./2013

- Em relação aos aspectos da microeconomia que envolvem todo o sistema econômico, julgue o item subsecutivo.
- Uma deseconomia externa existe quando o custo marginal social é menor que o benefício social marginal.

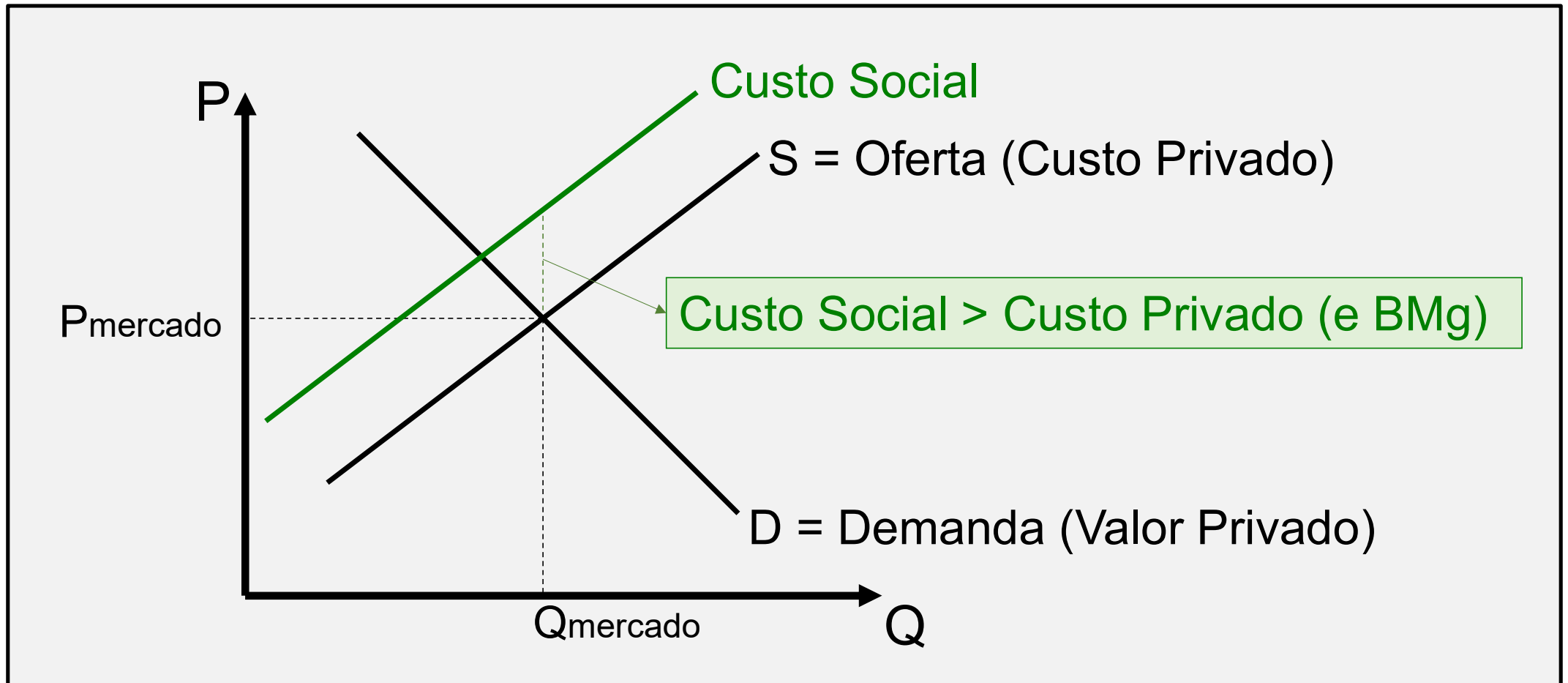
() Certo

(X) Errado

- A questão se refere a existência de uma externalidade negativa. Nesse caso, temos $\text{Custo Social} > \text{Custo Privado}$ (e maior que o BMg privado).



Externalidade Negativa





19) CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE-ES)/ TCE-ES/TI/2012

- A respeito da atuação do governo nas finanças públicas e das formas de intervenção da administração na economia, julgue o seguinte item.
- Proibir a produção ou consumo de um bem considerado nocivo a terceiros é uma forma comum de intervenção da administração pública na economia. Segundo o Teorema de Coase, em condições ideais, esse tipo de intervenção não seria necessária no caso de haver externalidades negativas, sendo suficientes, nesse caso, a definição clara dos direitos de propriedade e a possibilidade de livre negociação entre as partes afetadas pelo consumo do bem.

Certo

Errado

Conforme vimos



20) CEBRASPE (CESPE) – Aud. -SEFAZ RS/2018

• Conforme a teoria das finanças públicas, falhas de mercado impediriam uma situação ótima de Pareto. Tal teoria considera falhas de mercado a existência de

- a) bens públicos, informação assimétrica e mercados incompletos.
- b) bens públicos, monopólios e desemprego.
- c) inflação, externalidades negativas e competição.
- d) externalidades positivas, monopsônio e simetria de informação.
- e) governo, monopólios naturais e mercado incompletos.



21) CEBRASPE (CESPE) – Aud. /TCE-PR/2016

- Assimetria de informação é um tipo de falha de mercado relacionada ao não fornecimento ou conhecimento de informações para que os consumidores decidam de modo racional. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

a) O cidadão que opta por adquirir um veículo usado em uma agência credenciada por determinada marca, a preço maior do que se comprasse diretamente de particular, tem o objetivo de se proteger da seleção adversa.

GARANTIA

b) O pagamento de gratificação de atividade a todos os servidores de determinado órgão público, independentemente do desempenho alcançado, contribui para gerar tranquilidade e motivação no ambiente de trabalho.

Gera um problema conhecido como Principal-Agente



- c) A presença de assimetria de informação impõe custos, mas não provoca desvios de eficiência em comparação com mercados competitivos.

Diversas transações deixarão de ser realizadas

- d) Um exemplo clássico de risco moral (moral hazard) consiste na realização, por uma empresa de plano de saúde, de inspeção médica no ingresso de novos beneficiários do plano, para detectar se eles apresentam doenças preexistentes.

A empresa está tentando evitar a seleção adversa

- e) Se as companhias seguradoras de veículos retirassem a franquia de seus produtos, mais consumidores poderiam comprar o seguro e conseqüentemente a seguradora poderia reduzir o preço dos seguros.

Isso poderia elevar a probabilidade de sinistro e, conseqüentemente, o preço, por conta da mudança do comportamento do segurado após a aquisição do seguro → Risco Moral.



22) CEBRASPE (CESPE) - Aud (TCE-RN)/ TCE-RN/2015

- No que se refere a falhas de mercado, julgue o item que se segue.
- Situações em que empresas de planos de saúde firmem contratos com clientes que não informam que possuem doenças preexistentes e, por isso, estão mais propensos a utilizar os serviços do plano são caracterizadas como situação de seleção adversa.

Certo

Exato. É um problema de “tipo oculto”.

Errado



23) CEBRASPE (CESPE) - ERSPT (ANATEL)/ Economia/2014

- Com relação às informações assimétricas, julgue o item subsecutivo.
- Ao seguirem a teoria do salário de eficiência, algumas empresas pagam salários acima do salário de equilíbrio do mercado, o que reduz o problema do risco moral nessas empresas.

Certo

Errado

Aumenta o custo de oportunidade da perda do emprego, induzindo a um maior esforço.



24) CEBRASPE (CESPE) - AUFC (TCU)/ Controle Externo/Audit. Gov./2013

- No que concerne à teoria da regulação, julgue o item a seguir.
- A condição para o problema de moral hazard (risco moral) existe quando a ação do agente não é verificável ou controlável.

Certo

Exato. É um problema de “ação oculta”.

Errado



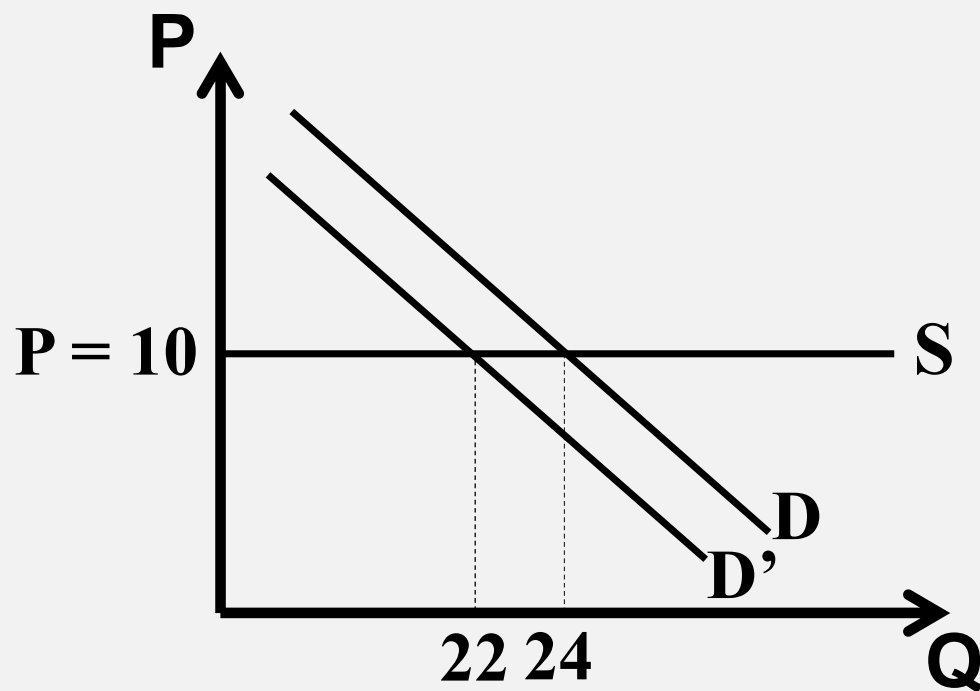
25) CEBRASPE (CESPE) - ACE (TCE-RO)/ TCE-RO/Economia/2019

- Em um mercado em que a oferta é dada por $p = 10$, a demanda é igual a $p = 34 - q$, em que p e q são, respectivamente, o preço e a quantidade.
- Nesse contexto, caso o governo imponha um imposto de 2 unidades monetárias sobre o mercado, o valor arrecadado pelo governo e o valor do peso morto, em unidades monetárias, serão iguais, respectivamente, a
 - a) 20 e 2.
 - b) 20 e 4.
 - c) 22 e 2.
 - d) 44 e 2.
 - e) 44 e 4



$$\text{Equilíbrio} \rightarrow S = D \rightarrow 10 = 34 - q \rightarrow q = 24$$

$$t = \$2 \rightarrow (P + 2) = 34 - q \rightarrow 34 - 2 - q = 10 \rightarrow q' = 22$$



$$AG = 22 \times \$2 = \$44$$

Peso Morto

Perda de 2 unidades ao mesmo preço



26) CEBRASPE (CESPE) - Eco (DPU)/ DPU/2016

- Acerca da análise microeconômica relacionada à oferta e à demanda, julgue o item subsequente.
- A introdução de um imposto em um mercado competitivo, com oferta inelástica e demanda elástica, faz que os consumidores paguem a maior parte do custo tributário.

() Certo

(X) Errado

$|E_d| > |E_S| \rightarrow$ ônus da tributação recai mais fortemente sobre os produtores.



27) CEBRASPE (CESPE) - AL (CAM DEP)/ Área IV/Consultor Legislativo/2014

- Considerando aspectos diversos referentes aos instrumentos de política fiscal e aos seus impactos macroeconômicos, julgue o próximo item.
- A carga do imposto é totalmente suportada pelos consumidores, caso a oferta seja perfeitamente elástica ou a demanda seja perfeitamente inelástica.

(X) Certo

Perfeito

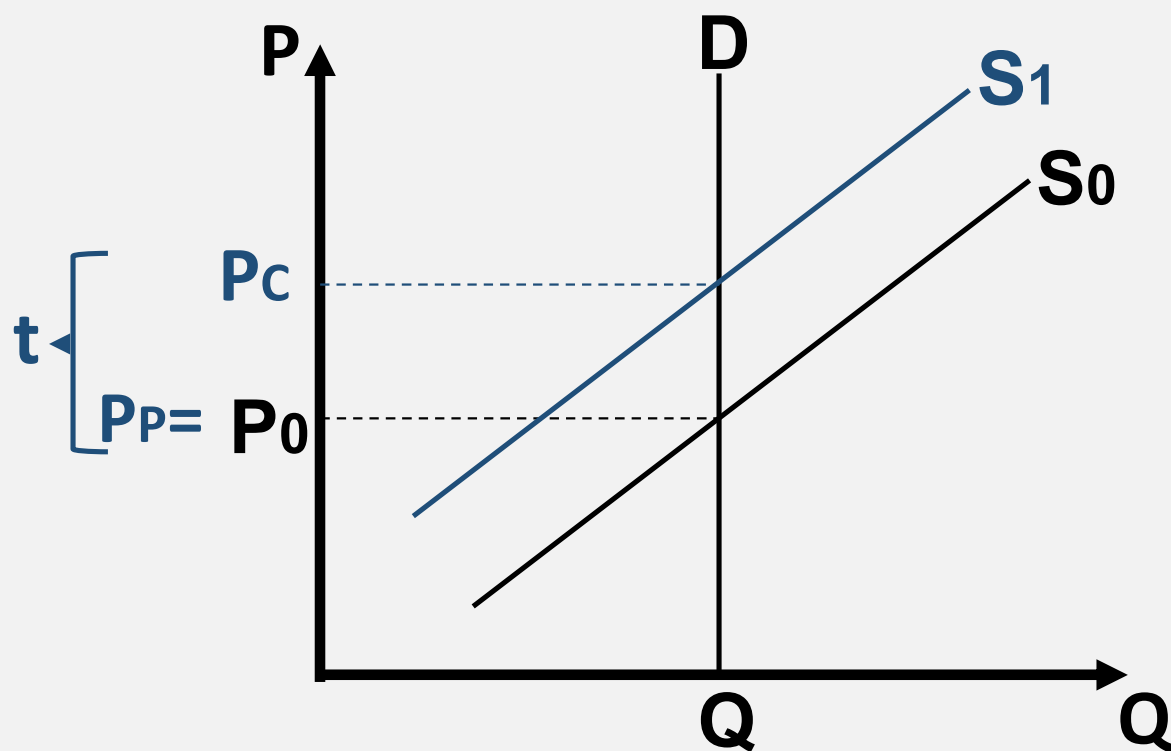
() Errado



28) Analista – Economia – MPU - 2005

Em um mercado, caso seja instituído um tributo específico sobre a venda de um bem, cuja demanda seja totalmente inelástica, seu ônus será

- a) parcialmente suportado pelos produtores.
- b) integralmente suportado pelos produtores.
- c) dividido em partes iguais entre produtores e consumidores.
- d) parcialmente repassado aos consumidores.
- e) integralmente suportado pelos consumidores.



- Como vimos, o ramo mais inelástico do mercado arcará com um ônus tributário maior. Logo, se a demanda for anelástica, o ônus tributário recairá integralmente sobre o consumidor.



29) (AFRF – 2005)

Com relação à incidência tributária de um imposto, assinale a única opção incorreta.

- a) O peso morto é uma forma de ineficiência econômica que deve ser levada em consideração quando políticas são elaboradas e implementadas.
- b) A incidência de um imposto ou de um subsídio é, normalmente, compartilhada por produtores e consumidores, sendo que a fração que cada um acabará pagando, dependerá das elasticidades da oferta e da demanda.
- c) A intervenção governamental resulta, geralmente, em um peso morto.

Sempre que partimos de uma situação de equilíbrio com um mercado competitivo e sem qualquer falha de mercado.



- d) Se o governo impõe um imposto sobre vendas de determinada mercadoria, esse imposto terá por efeito deslocar a curva de demanda dessa mercadoria para cima.
- e) Quando o governo cria um imposto ou subsídio, o preço geralmente não reflete elevação ou queda igual ao valor total do imposto ou subsídio.



30) (AFRF – 2002-2)

Modelos simples de oferta e demanda podem ser utilizados para analisar uma ampla variedade de políticas governamentais. Com base no impacto de um imposto, aponte a única opção falsa.

- a) O impacto de um imposto depende das elasticidades da oferta e da demanda.
- b) Se a demanda for muito inelástica em relação à oferta, a carga fiscal recairá principalmente sobre os compradores.
- c) Se a curva de demanda for horizontal, nenhuma parcela do imposto será repassada aos consumidores.

Se a demanda for infinitamente elástica o imposto será totalmente suportado pelos produtores.



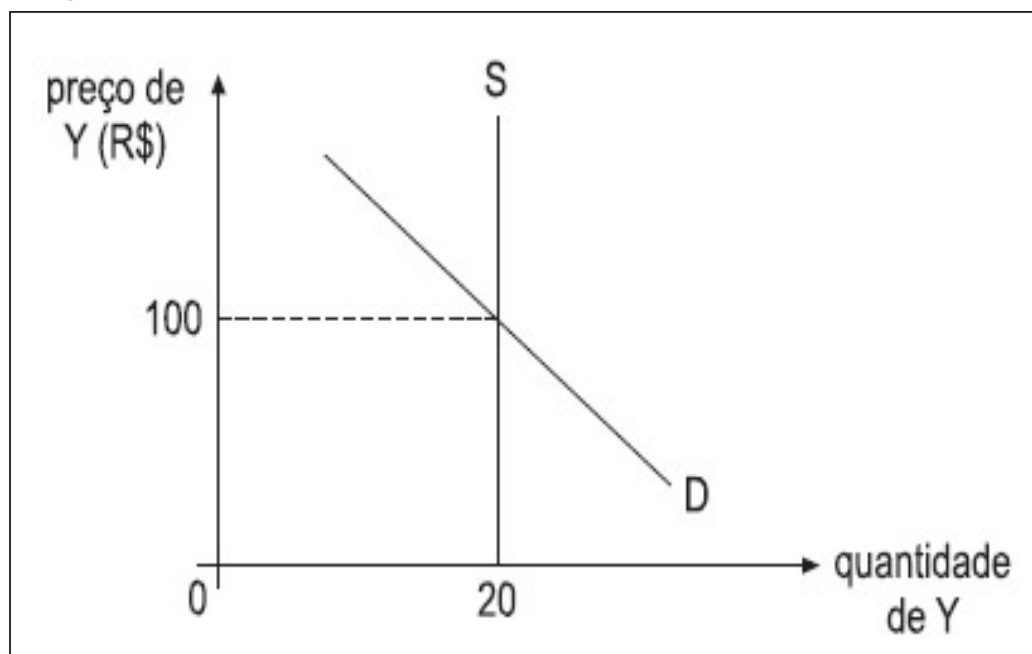
- d) Se a demanda for muito elástica em relação à oferta, a carga fiscal incidirá principalmente sobre os vendedores.
- e) O ônus de um imposto é a perda líquida do excedente dos consumidores e produtores resultante da aplicação do imposto.

$$\textit{No caso de um imposto} \rightarrow GS = \underset{(-)}{\Delta EC} + \underset{(-)}{\Delta EP} + \underset{(+)}{AG}$$



31) BNDES – Economista – 2011 - 49

Suponha que o governo crie um novo imposto de R\$ 10,00 por unidade vendida no mercado do bem Y. Os vendedores vão fazer a coleta fiscal para o governo. A figura abaixo mostra as curvas de demanda (D) e de oferta (S) do bem Y, antes do imposto; a oferta é totalmente inelástica.

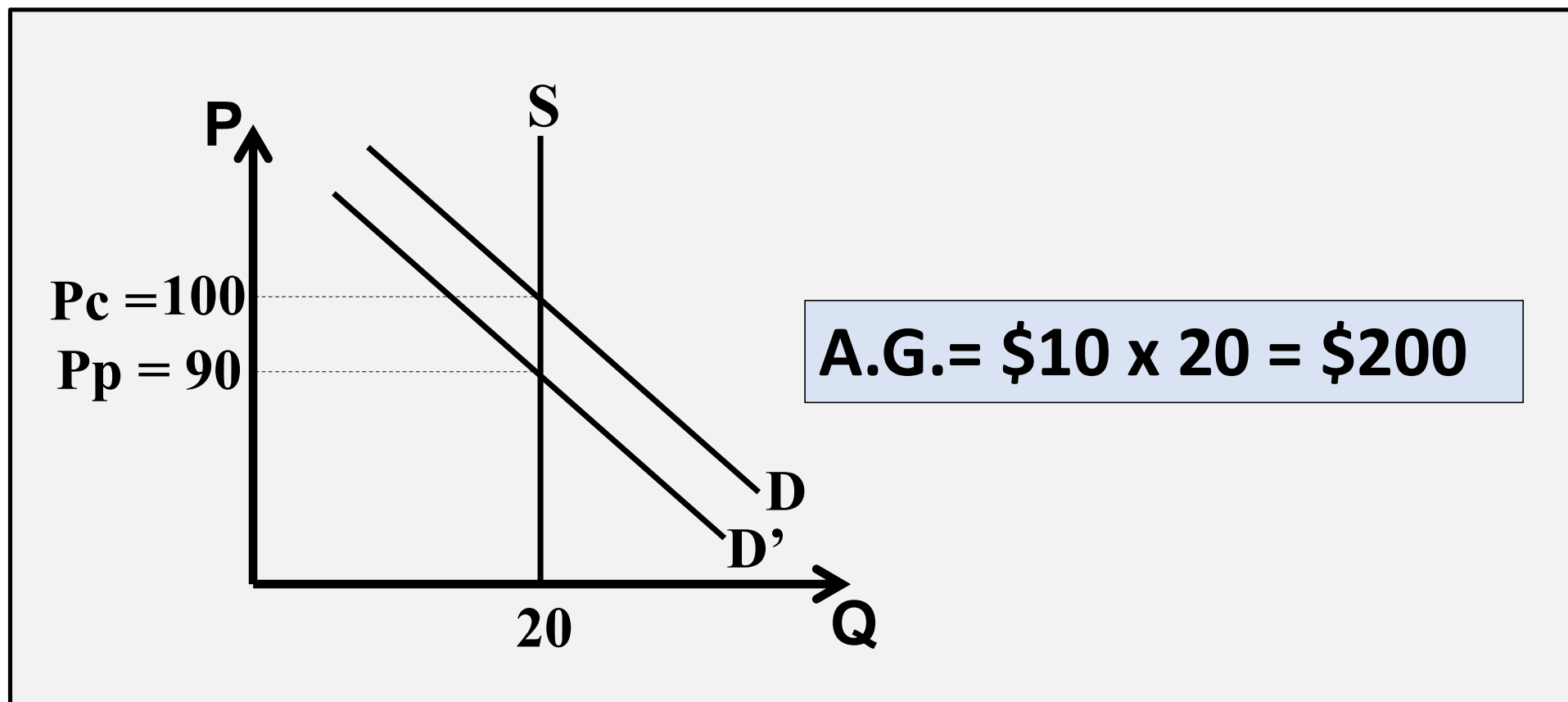




- Após a vigência do imposto, o preço pago pelos compradores aos vendedores e a receita obtida pelo governo com o imposto, ambos expressos em reais, serão, respectivamente,
 - a) 90 e 200
 - b) 90 e 210
 - c) 100 e 200
 - d) 110 e 190
 - e) 110 e 200




- O imposto será pago integralmente pelo produtor.

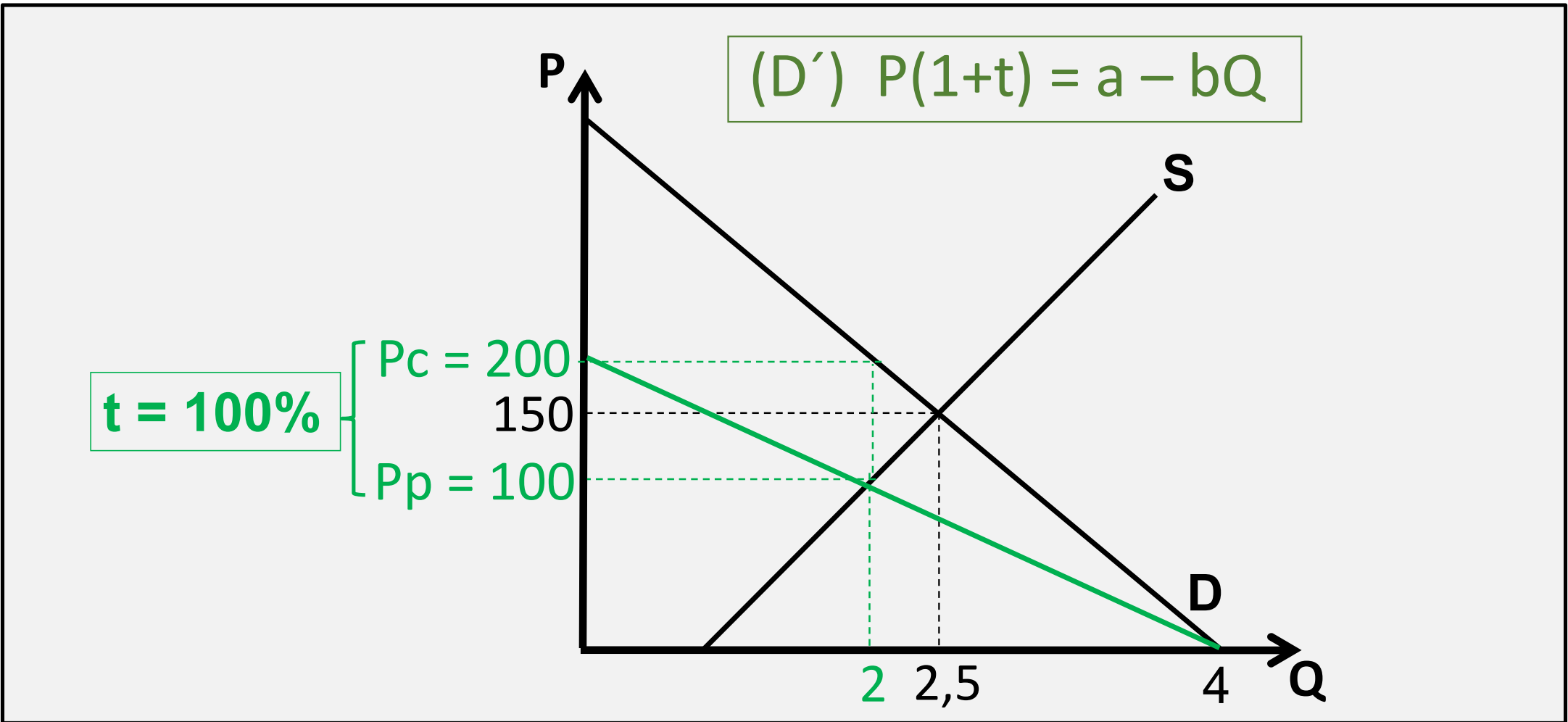




32) Fiscal de Rendas – FGV – 2009 - 45

- A respeito da incidência tributária em mercados competitivos, analise as afirmativas a seguir:

- F** I. Um imposto específico sobre as vendas é aquele que arrecada um montante fixo por unidade vendida. Se ele deve ser pago pelo vendedor, em relação a uma situação antes da incidência de impostos, há um deslocamento para cima da curva de oferta em razão da redução da propensão a pagar dos consumidores do produto vendido. (Deslocamento para baixo da curva de demanda – veja Q 31)
- V** II. Um imposto é denominado *ad valorem* quando é estabelecido como um percentual do preço do produto ou da base de incidência. Se aplicado sobre o consumidor, em relação a uma situação antes da incidência de impostos, a curva de demanda se tornou menos inclinada, girando em torno da quantidade demandada quando o preço é igual a zero. 
- V** III. De uma forma geral, a distribuição da carga tributária entre consumidores e vendedores depende, dentre outros fatores, da elasticidade-preço dos consumidores.





- Assinale:
 - a) se somente a afirmativa I estiver correta.
 - b) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
 - c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
 - d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
 - e) se todas as afirmativas estiverem corretas.



• Um Exemplo Formal de Externalidade

- Suponha uma economia com duas firmas competitivas, representadas por 1 e 2, que produzem o mesmo bem e possuem as seguintes funções custo:

$$c_1(x_1) = \frac{1}{2}x_1^2 \quad e \quad c_2(x_2) = \frac{1}{2}x_2^2$$

- A firma 1 exerce uma externalidade negativa sobre a firma 2 de modo que a função lucro da firma 2 é dada por:

$$\pi_2 = p_2x_2 - c_2(x_2) - e(x_1)$$

- Suponha que $e(x_1) = \frac{1}{2}x_1^2$ e que o preço do produto produzido é igual a 1.



- A solução privada, quando a firma 1 não considera a externalidade que produz sobre a firma 2 é dada por:

$$\max_{x_1} \pi_1 = p_1 x_1 - \frac{1}{2} (x_1)^2$$

$$C.P.O. \rightarrow \frac{\partial \pi_1}{\partial x_1} = 0 \rightarrow p_1 - x_1 = 0 \rightarrow x_1 = p_1. \text{ Como } p_1 = 1 \rightarrow \boxed{x_1^P = 1.}$$

- **Portanto, caso a firma 1 não seja obrigada a internalizar a externalidade, ela produzirá 1 unidade do bem.**



- Podemos calcular a quantidade socialmente ótima, supondo uma **fusão entre as firmas**. Nesse caso, haverá a internalização da externalidade, pois a externalidade gerada pela firma 1 afeta o resultado conjunto das firmas que se fundiram.
- Portanto, nesse caso, devemos calcular o lucro conjunto em função da produção da firma 1.

$$\max_{x_1} (\pi_1 + \pi_2) = p_1 x_1 - \frac{1}{2} (x_1)^2 + p_2 x_2 - \frac{1}{2} (x_2)^2 - \frac{1}{2} (x_1)^2$$

$$C.P.O. \rightarrow \frac{\partial (\pi_1 + \pi_2)}{\partial x_1} = 0 \rightarrow p_1 - x_1 - x_1 = 0 \rightarrow 2x_1 = p_1 : p_1 = 1 \rightarrow x_1^{SO} = \frac{1}{2}$$



- Caso não exista a fusão entre as firmas, qual deve ser o imposto pigouviano que faria com que a quantidade produzida fosse a quantidade socialmente ótima ?

$$\max x_1 = p_1 x_1 - \frac{1}{2} (x_1)^2 - t x_1$$

$$\text{Com } p_1 = 1 : \frac{\partial \pi}{\partial x_1} = 0 \rightarrow 1 - x_1 - t = 0 \rightarrow t = 1 - x_1$$

$$\text{Como } x_1^s = 0,5 \rightarrow t = \$0,5$$



Recursos Comuns

- **Exemplo** → Considere uma situação de Tragédia dos Comuns em que há livre acesso a uma zona de pesca. O preço do peixe é de R\$ 1,00. A produção total de peixes é função do número n de barcos, na forma: $f(n) = 80n - 2n^2$. Suponha que o custo do barco é de R\$ 20,00.
- Primeiramente, devemos notar que trata-se de um exercício referente ao uso de um **recurso comum**.
- Como vimos, existindo livre acesso, o recurso comum tende a ser superutilizado.



Recursos Comuns

- Primeiramente, vamos calcular o **número ótimo** de barcos.
- Nesse caso, devemos pensar como se o recurso possuísse um proprietário.
- Qual a quantidade produzida (peixes) para a maximização de lucros ? Quantos barcos irão pescar ?

$$\text{Lucro} : \pi = RT - CT \rightarrow \pi = PQ - CT$$

$$\pi = 1 \bullet [80n - 2n^2] - 20n$$

$$\text{Máx. Lucro} \rightarrow \frac{d\pi}{dn} = 0 \rightarrow 80 - 4n - 20 = 0 \rightarrow n^* = 15$$



Recursos Comuns

- Como não existe um único proprietário da zona de pesca (ou um planejador central), cada agente, olhando da própria perspectiva (privada), entrará nesse mercado até que a R_{me} se iguale ao C_{me} , ou seja, até que tenhamos $LT = 0$.
- Dito de outro modo, enquanto a $R_{me} > C_{me}$, não havendo limitação para a entrada de novos barcos, teremos novos barcos entrando nesse mercado.
 - Permite ao novo entrante a obtenção de lucros, mas gera uma externalidade negativa sobre os outros; redução do LT .



Recursos Comuns

- Calculando o número de barcos efetivos, no caso de não haver direito de propriedade: $R_{me} = C_{me}$.

$$RT = 1 \bullet [80n - 2n^2] \rightarrow RMe = 80 - 2n$$

$$CT = 20n \rightarrow CMe = 20$$

$$\text{Logo : } 80 - 2n = 20 \rightarrow \boxed{n^{**} = 30}$$

- Observe que, nesse caso, teremos $LT=0$.

$$\text{Lucro : } \pi = RT - CT \rightarrow \pi = PQ - CT$$

$$\pi_{n=30} = 1 \bullet [80(30) - 2(30)^2] - 20(30) = \$0$$



33) FGV - Auditor Substituto (TCE-RJ)/2015

Em relação aos conceitos de externalidade e bens públicos na economia, é correto afirmar que:

- a) bens públicos são bens rivais alocados de forma igualitária;
- b) caso a atividade de uma empresa privada esteja gerando uma externalidade sobre outras empresas, é fundamental a atuação do governo na negociação de um acordo;
- c) a regulação ótima de uma externalidade consiste em eliminar completamente seus efeitos prejudiciais;
- d) bens públicos só são providos de forma ótima pelo governo, ou por meio de alguma atuação governamental;
- e) bens públicos devem ser providos apenas pelo governo.

Ou oferta ou subsidia o setor privado.



34) FGV - Agente de Fiscalização (TCM SP)/Economia/2015

O uso das vias públicas pode produzir diversos problemas para a sociedade em termos de poluição, acidentes causados por velocidade excessiva ou veículos em péssimas condições e perda de tempo devido ao trânsito. Na Teoria Econômica esses são problemas:

- a) de externalidades negativas, e a solução é a intervenção do Estado por meio da imposição de impostos, pedágios urbanos e regulamentação das condições do veículo para desestimular tais externalidades;
- b) de elevado grau de rivalidade, e a solução é a implementação de pedágios urbanos como forma de diminuir o uso de automóveis e estimular o uso de transportes coletivos;
- c) de mercados incompletos, visto que o Estado poderia implementar um mercado de Lindhal para cada um desses “problemas”, ou seja, quem desejar menos poluição, basta pagar uma contribuição, que é repassada pelo Estado para aqueles que optarem por deixar o veículo em suas residências;



- d) de falha de informação, e uma solução possível seria o gasto maior em propagandas públicas advertindo contra o surgimento de tais problemas;
- e) de interferência excessiva do governo na economia. Soluções possíveis passam pela privatização de todas as vias públicas, permitindo que o mercado se autorregule, o que minimizaria tais problemas, e maior punição no caso de mortes decorrentes de acidentes de trânsito.



35) FGV - Auditor Fiscal de Tributos Estaduais (SEFIN RO)/2018

Quando uma rua é inaugurada, ela pode ser considerada um bem público.

Com o trânsito em determinados horários, no entanto, ela deixa de ser um bem público, porque

a) perde a característica de não excludência.

b) o uso excessivo a torna um bem rival.

c) há a presença de transporte público e carros particulares.

d) gera poluição, incorrendo em externalidade negativa.

e) a existência de trânsito gera o mesmo efeito da implementação de um pedágio.

- Com a rua congestionada, para um carro entrar um deve sair (há rivalidade).



36) FGV - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (CGM Niterói)/Gestão Governamental/2018

Acerca do conceito de bens públicos, analise as afirmativas a seguir.

- V I. O bem público é aquele não rival e não exclusivo, tal como uma praça ou parque.
- F II. A característica de rivalidade dos bens semipúblicos favorece o surgimento dos *free-riders* (caronas).
- F III. Os recursos naturais são exemplos de bens meritórios, já que dependem de políticas públicas para a sua manutenção.

Está **correto** o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

Semipúblicos: bens ofertados pelo setor público e pelo setor privado. Logo, parte da oferta é excludente.

Recursos Naturais: são rivais e não excludentes. Tendem a ser utilizados em excesso no caso de ausência de regulação (pode ser a atribuição de propriedade privada).



37) FGV - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (CGM Niterói)/Gestão Governamental/2018

O ar que cada cidadão respira é um exemplo de bem

- a) privado, pois é passível de cobrança.
- b) natural, pois aplica-se o fenômeno da Tragédia dos Comuns.
- c) público, pois não é rival nem excludente.
- d) semipúblico, pois pode ser fornecido pelo setor privado.
- e) coletivo, pois pode ser restrito a um grupo.



38) FGV - Técnico de Nível Superior (Pref Salvador)/Suporte Administrativo/ Engenharia Ambiental/2017

Dentro da teoria microeconômica falhas de mercado estão presentes e esse não pode atuar livremente quando certos pressupostos sobre formação de preço, condições de custo e barreiras de entrada não são atendidos.

A qualidade ambiental é um bem público e por isso gera falha de mercado, uma vez que a derivação convencional da demanda não é mais viável.

Com relação ao conceito de bem público no escopo da economia ambiental, analise as afirmativas a seguir.

- F** I. Bem público se distingue do bem privado pelo fato de ser fornecido, respectivamente, por entidades públicas e privadas.
- V** II. Bem público é aquele que possui as características de não rival no consumo e de ser não excludente (ou não exclusivo).
- V** III. A qualidade do ar em uma cidade é um bem público, na medida em que o benefício dessa condição é de todos os indivíduos.



Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente a afirmativa II estiver correta.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.



39) FGV - Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal (Cuiabá)/2016

Considere as duas situações a seguir:

Situação 1: um consumidor vai a um supermercado e compra um refrigerante por um determinado preço. O produto é prontamente substituído por outro do estoque.

Situação 2: um parque público é inaugurado, mas, em pouco tempo, fica sujo devido à falta de limpeza e de fiscalização por parte do ente público.

As situações 1 e 2 descrevem, respectivamente, casos de bens

- a) excludentes e públicos.
- b) rivais e excludentes.
- c) privados e públicos.
- d) privados e rivais.
- e) privados nos dois casos.

O gabarito inicial era D



40) FGV - Analista Judiciário (TJ RO)/Economista/2015

Serviços de saúde podem ser considerados um exemplo de bens “semipúblicos”, pois:

- a) mesmo atendendo ao princípio da exclusão, geram externalidades positivas para toda a população;
- b) podem acabar sendo exauridos totalmente pelo setor privado, como estipulado pelo Teorema de Coase;
- c) podem ser providos pelo setor público, atendendo ao princípio da exclusibilidade;
- d) são bens rivais, o que permite a provisão pelo setor privado;
- e) há a necessidade de regulação pelo setor público, exigindo qualidade na provisão à população.



41) FGV - Economista (SUDENE)/2013

As vias públicas ao serem construídas e antes de serem inauguradas, são consideradas bens públicos. Com o crescente tráfego intenso de veículos, elas passaram a apresentar um grau de rivalidade crescente. Em razão disso, muitas cidades passaram a cobrar pedágio urbano como forma de solucionar tal problema.

A esse respeito, leia o fragmento a seguir.

Esse problema pode ser denominado de _____ e a solução imposta pelo pedágio urbano, torna a via pública um bem _____.

Assinale a alternativa cujos itens completam corretamente as lacunas.

- a) congestionamento – não-excludente.
- b) congestionamento – excludente.
- c) tragédia dos comuns – excludente.
- d) externalidade – não-excludente.
- e) externalidade – excludente.

Não pagou, não usa.



42) FGV - Analista de Processos Administrativos (CONDER)/Admin /Econ/2013

Leia o fragmento a seguir:

“Os bens meritórios apresentam algum grau de _____. Por isso podem ser providos pelo setor privado. Um exemplo é o da _____, que gera externalidades positivas para toda a sociedade. Este motivo faz com que o setor público também ofereça este tipo de bem ou serviço, sendo financiado via _____”

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do fragmento acima.

- a) exclusão – iluminação nas ruas – tributação.
- b) exclusão – educação – tributação.
- c) inclusão – saúde – subsídio cruzado.
- d) rivalidade – educação – subsídio cruzado.
- e) rivalidade – saúde – subsídio cruzado.



43) FGV - Analista (MPE MS)/Economia/2013

Assinale a alternativa que apresenta a razão pela qual a provisão privada de bens públicos é ineficiente em termos de produzir a quantidade socialmente ótima.

- a) Devido à característica de não-exclusão, ou seja, que é difícil ou impossível impedir o seu consumo. **Não conseguimos excluir os que não pagam.**
- b) Devido à característica de não-rivalidade, ou seja, o consumo de uma unidade não reduz a quantidade disponível para outras pessoas.
- c) Devido às características de não-exclusão e não-rivalidade, visto que somente bens privados podem ser providos de forma privada.
- d) Devido à característica de mercado competitivo inerente a tal tipo de bem, que exclui qualquer possibilidade de lucro das empresas.
- e) Devido à característica de mercado monopolista controlado pelo governo, que é responsável pela provisão.



44) FGV - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (CGM Niterói)/Gestão Governamental/2018

A Administração Municipal, ao notar o aumento da poluição nos rios próximos às zonas industriais, causado pelo tratamento inadequado dos resíduos resultantes dos processos produtivos das fábricas, optou por utilizar a política de internalização para lidar com essa externalidade.

Essa decisão significa que o governo irá

- a) subsidiar as companhias poluidoras para que tenham meios para adotar práticas com responsabilidade social.
- b) reconhecer a consequência como inevitável e instituir tributos para financiar ações corretivas.
- c) assumir que o próprio mercado vai se autorregular no momento adequado.
- d) aplicar impostos às companhias poluidoras para compensar os custos com a reparação dos danos. **Aplicação de um imposto de Pigou.**
- e) interditar as indústrias responsáveis pela poluição e encerrar suas operações.



45) FGV - Analista de Políticas Públicas e Gestão Governamental (CGM Niterói)/Gestão Governamental/2018

As externalidades são definidas por ações de agentes que afetam o bem estar de outros agentes não diretamente relacionados a essa ação. As opções a seguir estão corretamente relacionadas ao conceito de externalidades e suas implicações, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) As externalidades são entendidas como falhas de mercado.
- b) O resultado de mercado afeta o bem estar de pessoas não envolvidas no mercado.
- c) O governo pode intervir afim de solucionar os possíveis efeitos negativos da externalidade.
- d) Na presença de externalidades negativas, o custo social é menor do que o custo privado. **Custo Social > Custo Privado. Solução: induzir a firma a internalizar a externalidade, de forma que o $BMg = C_{social}$.**
- e) A externalidade pode ser internalizada se for passível de negociação entre as partes envolvidas.

46) FGV - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (SEPOG RO)/2017

Em relação ao tópico *Externalidades*, assinale (V) para a afirmativa correta e (F) para a falsa.

(F) O teorema de Coase mostra que a solução de mercado eficiente levará a mesma quantidade de externalidade, para qualquer distribuição dos direitos de propriedade. **Somente se as preferências forem quase lineares.**

(V) A existência de custos de transação sobre os direitos de propriedade pode afetar o resultado do Teorema de Coase

(F) O preço da externalidade na negociação entre as partes é sempre positivo.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V, V e V.

b) V, V e F.

c) V, F e V.

d) F, V e V.

e) F, V e F.

47) FGV - Técnico de Nível Superior (Pref Salvador)/Suporte Administrativo/ Engenharia Ambiental/2017

Em um mercado privado de petróleo refinado, as curvas de oferta e demanda (preço x quantidade diária de barris) para os produtos de refino de petróleo, que são respectivamente iguais ao custo marginal privado e ao benefício marginal privado, são dadas por:

- Oferta: $CMP = P = 10,0 + 0,08Q$
- Demanda: $BMP = P = 50,0 - 0,15Q$

Onde: P é o preço por barril e Q é a quantidade em milhares de barris por dia.

Entretanto, no processo de refino de petróleo há uma contaminação da água (bem público), que é uma externalidade negativa para a sociedade. O custo marginal externo relacionado a esse fato é dado por: $CME = 0,06Q$

Assim, traçando um gráfico que relacione o custo marginal social e o benefício marginal social (nesse caso igual ao benefício marginal privado), o preço do barril, que conduz a um ótimo de dano para a sociedade (no sentido de Pareto), será de



Sem Externalidade $\rightarrow BMP = CMP$

$$CMP \rightarrow P = 10,0 + 0,08Q$$

$$BMP \rightarrow P = 50,0 - 0,15Q$$

$$10,0 + 0,08Q = 50,0 - 0,15Q \rightarrow 0,23Q = 40 \rightarrow Q = 173,91 \rightarrow P = 23,91$$

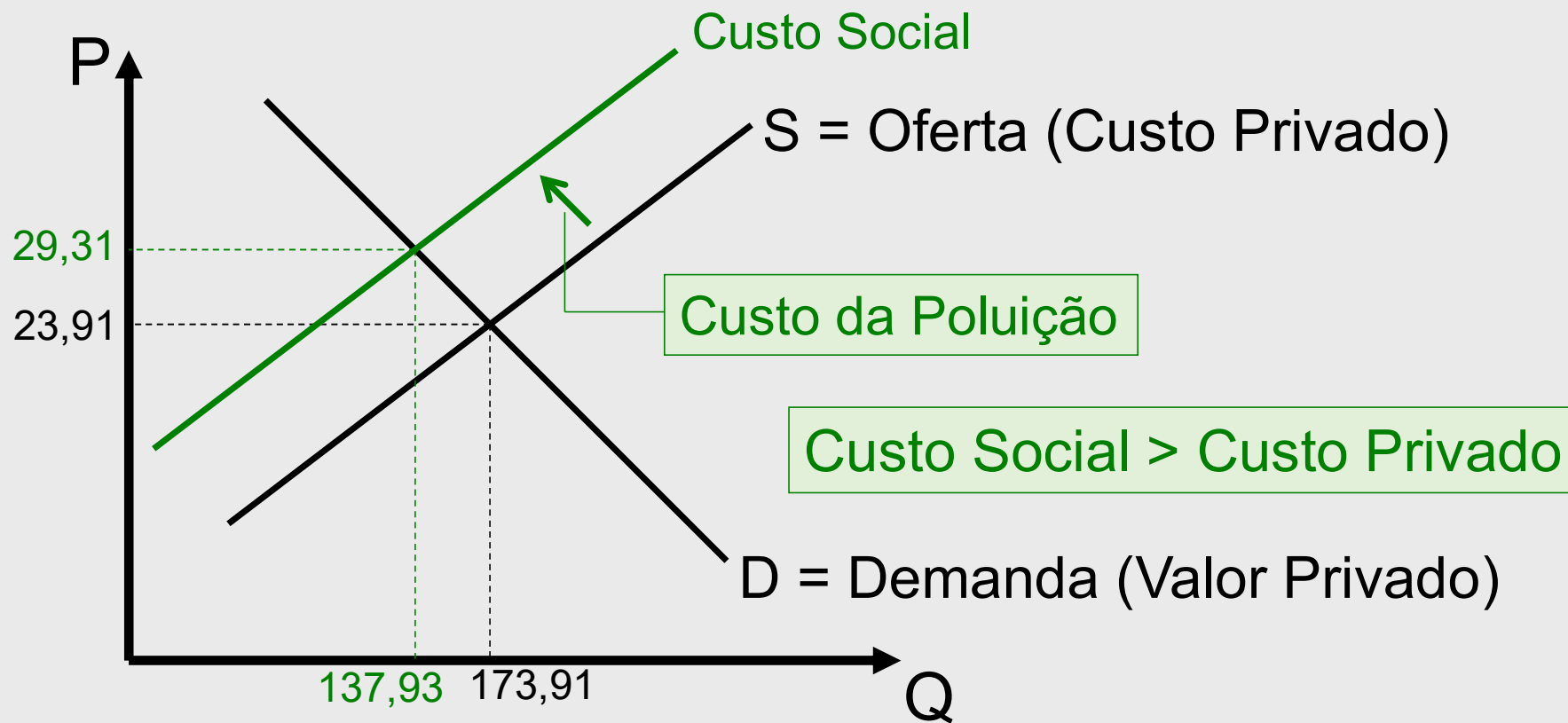
Com Externalidade $\rightarrow BMP = CMS (CMP + CME)$

$$CMS \rightarrow P = 10,0 + 0,08Q + 0,06Q \rightarrow P = 10,0 + 0,14Q$$

$$BMP \rightarrow P = 50,0 - 0,15Q$$

Com Externalidade $\rightarrow BMP = CMS (CMP + CME)$

$$10,0 + 0,14Q = 50,0 - 0,15Q \rightarrow 0,29Q = 40 \rightarrow Q_{so} = 137,93 \rightarrow P = 29,31$$





- a) 10,00
- b) 16,56
- c) 29,31
- d) 42,28
- e) 50,00



48) FGV - Analista Judiciário (TJ RO)/Economista/2015

Estudos científicos evidenciam que os benefícios e os custos marginais sociais, medidos em dólares por tonelada, das emissões de dióxido de enxofre são dados por:

Benefícios marginais de reduzir as emissões: $BMg = 600 - 25A$

Custos marginais de reduzir as emissões: $CMg = 250 + 10A$, onde A é a quantidade reduzida em milhões de toneladas.

O nível de redução de emissões socialmente eficiente é:

- a) 10;
- b) 25;
- c) 30;
- d) 45;
- e) 65.

Agora é fácil...

$$600 - 25A = 250 + 10A \rightarrow A = 10$$



49) FGV - Técnico Superior Especializado (DPE RJ)/Economia/2014

Suponha que o governo deseje reduzir a quantidade consumida de cerveja em função das potenciais externalidades negativas que podem ser geradas. Uma política que NÃO deve ser adotada pelo governo para alcançar esse objetivo é

- a) elevar a tributação sobre a venda. ↓DC
- b) colocar anúncios públicos sobre os malefícios do consumo. ↓DC
- c) proibir que motoristas alcoolizados dirijam. ↓DC
- d) impor cotas de importação para bebidas substitutas. ↑DC
- e) aumentar a idade mínima legal para que um indivíduo possa comprar ou consumir. ↓DC



50) FGV - Analista Administrativo (PROCEMPA)/Analista Financeiro Contábil/2014

Em relação à existência de externalidades que justifiquem a interferência do Estado no funcionamento do mercado, assinale **V** para a afirmativa verdadeira e **F** para a falsa.

(**V**) Os elevados Investimentos em determinado serviço de utilidade pública, que gera benefícios sociais para uma comunidade, mas cuja rentabilidade é baixa, deve ser assumido pelo governo e, depois de concluído, concedido ao setor privado. **Opinativa. Um Deputado do PSOL não ficaria feliz com essa afirmação.**

(**V**) O provimento de serviços de ensino pelo setor público gera benefícios para toda a sociedade, mesmo que o setor privado seja seu concorrente.

(**F**) A existência de bancos públicos é justificada quando o mercado de crédito é pouco desenvolvido, como em países pouco desenvolvidos.

Mais uma opinativa. Por exemplo, no Brasil, essa é a justificativa para a existência do BNDES.

As afirmativas são, respectivamente,



- a) V, V e V.
- b) V, V e F.
- c) V, F e F.
- d) F, V e V.
- e) F, V e F.



51) FGV - Economista (SUDENE)/2013

Um tipo de falha de mercado, com a qual as economias se deparam, são as externalidades. A intervenção do Estado pode ser justificada nesse caso, por meio das seguintes possibilidades:

- (v) Concessão de subsídios para gerar externalidades positivas. **Educação**
- (v) Imposição de penalidades para reduzir a geração de externalidades negativas. **Proibição de certos tipos de comportamento.**
- (v) Assumir a responsabilidade de um investimento cujo prazo de maturação é longo e pouco rentável.

Assinale:

- a) se apenas a possibilidade I estiver correta.
- b) se apenas a possibilidade II estiver correta.
- c) se apenas as possibilidades I e II estiverem corretas.
- d) se apenas as possibilidades II e III estiverem corretas.
- e) se todas as possibilidades estiverem corretas.

52) FGV - Analista (MPE MS)/Economia/2013

A respeito da tragédia do uso comum, assinale a afirmativa **correta**.

a) Refere-se à alocação ineficiente de recursos sem direitos de propriedade bem definidos, como no caso de reservas de petróleo compartilhadas por empresas distintas, sem regras bem definidas.

Rivals e não excludentes, tendem a ser usados em excesso → “Tragédia dos Comuns”.

b) Refere-se à externalidade gerada por determinados agentes, como no caso de fumantes que moram com pessoas que não gostam da fumaça gerada.

c) Refere-se ao uso de bens ou serviços como “carona”, como no caso de alguns moradores que não pagam por vigias de rua, pois os mesmos passarão na frente de suas casas se algum vizinho estiver pagando por tal serviço.

d) Refere-se ao uso excessivo de um bem público que se torna rival, como no caso de congestionamentos de carros das vias públicas.

e) Refere-se à possibilidade de se impedir o uso ou consumo de um determinado bem, como no caso de pedágios em estradas.



53) FGV - Analista Econômico-Financeiro (BANESTES)/Gestão Financeira/2018

Considere uma empresa que resolve oferecer dois produtos no mercado: um de alta qualidade e outro de baixa qualidade. O produto de alta qualidade é avaliado em 10 reais pelos consumidores e o de baixa qualidade em 6 reais. Suponha que o bem de alta qualidade custa 8,50 reais por unidade para ser produzido e o de baixa qualidade 8 reais. Suponha ainda que o consumidor não consegue observar a qualidade do bem antes de comprá-lo.

Nessa hipótese, é correto afirmar que no equilíbrio:

- a) ambos os bens serão produzidos, com o bem de alta qualidade em maior proporção;
- b) ambos os bens serão produzidos, com o bem de baixa qualidade em maior proporção;
- c) apenas o bem de baixa qualidade será produzido;
- d) apenas o bem de alta qualidade será produzido;
- e) nenhum dos bens será produzido.

**Situação**

	Preço de Reserva	Custo
Produto de Alta Qualidade (AQ)	R\$10.00	R\$8.50
Produto de Baixa Qualidade (BQ)	R\$6.00	R\$8.00

- Se for possível a segmentação (dois mercados – informação perfeita), somente os produtos de alta qualidade serão vendidos.
- Com informação assimétrica os consumidores não sabem se o produto é de AQ ou BQ. Com isso, a precificação será realizada da seguinte forma (eles sabem que 50% dos produtos são de AQ).
 - $P_E = \$10(0,5) + \$6(0,5) = \$8$.
- Note que, nesse caso, nenhum dos bens será produzido



54) FGV - Analista de Processos Administrativos (CONDER)/Administrativa/ Economista/2013

Um empregador, após contratar diversos trabalhadores, avalia o custo de monitorar o esforço de cada um e verifica que tal custo é muito elevado. Assim, ele decide pagar um salário maior que o salário de mercado. O problema que o empregador se depara se refere

- a) à seleção adversa de trabalhadores de baixa qualidade, que tendem a se esforçar pouco.
- b) à ação oculta dos trabalhadores, os quais podem se esforçar pouco em suas tarefas **Vai pagar um “Salário de Eficiência”**.
- c) à externalidade negativa gerada pelo fato do salário de mercado ser menor do que o salário dos trabalhadores que já atuam na empresa.
- d) ao risco moral dos trabalhadores desejarem sair devido à possibilidade de monitoramento de seu esforço.
- e) ao boicote que trabalhadores *insiders* fazem contra os novos entrantes.